

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

FÁBIO WILL

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO INTERNATO DO GINÁSIO E COLÉGIO
CATARINENSE DE FLORIANÓPOLIS:**

A prática Jesuítica alemã no Colégio Catarinense na 1ª Era Vargas

FLORIANÓPOLIS - SC
2013

FÁBIO WILL

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO INTERNATO DO GINÁSIO E COLÉGIO
CATARINENSE DE FLORIANÓPOLIS:
A prática Jesuítica alemã no Colégio Catarinense na 1ª Era Vargas**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para a conclusão do curso
de História da Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC, sob a
orientação do Professor Doutor João
Klug.

FLORIANÓPOLIS - SC
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica elaborada por Nayana Zoche Schneider – CRB 14/1282.

Will, Fábio.

O Ensino Secundário no Internato do Ginásio e Colégio
Catarinense de Florianópolis : A prática Jesuítica alemã
no Colégio Catarinense na 1ª Era Vargas / Fábio Will, 2013
92 f. : il.

Orientador: João Klug

Monografia (Graduação)-Universidade Federal de Santa
Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Florianópolis, 2013

1.História - Educação. 2. Jesuítas - Educação. 3. Educação
- Internatos. 4. Era Vargas. I. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

FÁBIO WILL

**O ENSINO SECUNDÁRIO NO INTERNATO DO GINÁSIO E COLÉGIO
CATARINENSE DE FLORIANÓPOLIS:**

A prática Jesuítica alemã no Colégio Catarinense na 1ª Era Vargas

Monografia apresentada ao curso de Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Banca Examinadora:

Professor Doutor João Klug
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Doutor Norberto Dallabrida
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Especialista Sidney José Setúbal
Instituto Federal de Santa Catarina

Florianópolis, ____ de _____ de 2013.

Dedico a minha família, presente em todos os momentos
de minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Lenir Martins Longem, grande merecedora desta Monografia e a quem devo todo o meu esforço, pois, sempre esteve ao meu lado, mesmo em momentos mais intempestivos, com palavras de afeto e paciência digna de um monge.

Destino esta parte também, ao meu pai, Pedro Will, por toda contribuição com a sua experiência de vida e de lida com as pessoas.

Agradeço, concomitantemente, ao meu padrasto, Carlos Alberto de Souza, por toda sua disponibilidade e companheirismo.

Particularmente, agradeço também aos meus amigos, Alexandre da Silva Bastos, Guilherme da Silva Bastos, Vagner Cordeiro, Sidney José Setúbal, Mário Luiz de Jesus, Eduardo Muniz e André Borges, aos quais devo todos os momentos de cumplicidade, companheirismo, afeto, honestidade e pelas longas e infindáveis noites escutando as minhas angústias, medos, lampejos e ansiedades.

À minha madrinha (*in memoriam*) Carmen Moellmann Santaella, que me incentivou infatigavelmente e me deu os alicerces necessários para que seguisse em frente na caminhada acadêmica.

Ao meu padrinho da vida, um amado e valoroso irmão, Carlos Cezar Vaz, por seus sábios e prudentes aconselhamentos, acerca da vida profana e fraterna, que me faz refletir incansavelmente em busca de polimento físico e espiritual.

Aos funcionários do Colégio Catarinense, Irmão Jorge S.J., a equipe de coordenação do Colégio, ao professor José Francisco e à Bibliotecária Hyvellise, por contribuírem para minha pesquisa tantas vezes quanto foi necessário, sempre me incentivando e elevando o nível do trabalho com suas problematizações.

E, por fim, mas não menos importante, ao meu orientador João Klug, por exercer brilhantemente sua função, guiando-me nos caminhos árduos da jornada acadêmica.

“Toda forma de poder é uma forma de morrer por nada,
Toda forma de conduta se transforma numa luta armada,
A história se repete, mas a força deixa a história mal contada”

Humberto Gessinger

RESUMO

O presente trabalho abordará a temática da educação proporcionada pelos jesuítas no âmbito da cidade de Florianópolis durante a chamada Primeira Era Vargas. Para tanto, irá entremear-se na questão das políticas públicas e das discussões religiosas as quais eram vinculadas o Ginásio Catarinense, bem como à tentativa de consolidar um Colégio de qualidade em um cenário outrora desgastado pelas sucessivas levas de jesuítas de outras nacionalidades que não lograram êxito em sua caminhada. Por fim, este trabalho discutirá a imagem do estudante do Ginásio Catarinense e Colégio Catarinense perante a sociedade, com o intuito de evidenciar a prática jesuítica para a contribuição de um ideal de nação aos moldes do Governo Varguista.

Palavras-chave: História – Educação; Jesuítas – Educação; Educação – Internatos; Era Vargas.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of education provided by the Jesuits in the city of Florianópolis during the first term of office of Vargas. To do so, it will weave on the question of public policy and religious discussions which were linked to Catarinense High School, as well as attempt to consolidate a College quality in a scenario once worn by successive waves of Jesuits from other nationalities who have failed success in their walk. Finally, this paper will discuss the image of the student and of Santa Catarina High School itself in society, with the aim of demonstrating the practical contribution of the Jesuit ideal of a nation under the mold of the Vargas government.

Keywords: History – Education; Jesuits – Education; Education – Boarding Schools; Vargas Era.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Os M.M.D.C. de São Paulo	30
Imagem 2: 1º Ano Científico de 1943	54
Imagem 3: Homenagem à Pátria e aos Jesuítas - Evangelizadores do Norte ao Sul do País	56
Imagem 4: Sala de aula de História Natural	58
Imagem 5: Museu de Física do Ginásio Catarinense, em 1940	63
Imagem 6: Demonstração de gratidão para o Exmo.e Revmo. Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, D. Joaquim Domingues de Oliveira	77
Imagem 7: Os alunos do Ginásio Catarinense que ocupam destaque nos idos de 1940, na sociedade Catarinense.....	78
Imagem 8: Celebração do 4º Centenário da criação da Companhia de Jesus.....	79
Imagem 9: A definição da “Mens Sana Corpore Sano” homologada na Filosofia do Ginásio Catarinense, em 1940	80
Imagem 10: A homologação do ideal governista e da cúria católica, evidenciada a partir da exaltação dos “heróis missionários”, no ano de 1940	81
Imagem 11: A exaltação do primeiro sacerdote Jesuíta do Ginásio Catarinense P. Milton Luiz Valente	82
Imagem 12: A demonstração da ligação da fé com a política cotidiana, corroborando a premissa Jesuítica.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C.S.N - Companhia Siderúrgica Nacional.

C.V.R.D. - Companhia Vale do Rio Doce.

N.S.D.A.P. - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei. (Partido Nacional Socialista dos trabalhadores alemães)

M.M.D.C. – Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A PROMOÇÃO DE UM IDEAL	16
1.1 A premissa do homem bom na esfera florianopolitana	18
1.2 A influência da arquitetura no planejamento do ensino	20
1.3 E um ideário vai se moldando	21
1.4 O papel fundamental da Igreja	22
1.5 A tão sonhada reforma na Educação	25
1.6 E o Manifesto, manifesta?	28
1.6.1 <i>E o M.M.D.C.?</i>	29
1.6.2 <i>No entremeio da situação revoltosa</i>	30
1.7 No tocante a Constituinte e ao Ginásio	36
1.8 O Ensino de História ante as reformas educacionais da Era Vargas	40
2 VARGAS E O ESTADO NOVO: CONSEQUENCIAS PARA O GINÁSIO CATARINENSE	51
2.1 Agora, o cenário educacional solicitava um grandioso Colégio: o Colégio Catarinense	52
2.2 Para atender um novo público, são necessárias reformas. E urgente!	56
2.2.1 <i>As outras fontes de conhecimento: A biblioteca e o Museu.</i>	59
2.2.2. <i>As autoridades da Assembléia Constituinte de 1935</i>	64
2.2.3 <i>No seio da Mudança: A Reforma Gustavo Capanema e a Educação como mecanismo de instauração da Ordem</i>	69
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

A chegada da década de 1930 trouxe profundas transformações para o Ocidente e, como não poderia ser diferente, ao Brasil. Ao remetermos essa temporalidade à esfera nacional, evoca-se a figura de Getúlio Vargas, ex-presidente do Brasil e, consigo suas reformas em todos os âmbitos, inclusive no campo educacional.

Deste modo, o objetivo geral do trabalho é analisar como era proporcionado o ensino de História no Ensino Secundário no Ginásio Catarinense durante a primeira era Vargas, analisando o período de 1930 a 1945. Os objetivos secundários do presente trabalho são analisar a trajetória educacional do governo brasileiro, sobretudo no âmbito de Florianópolis e no Ginásio Catarinense bem como a contribuição do Ginásio para a formação da sociedade por meio do Internato. Assim, serão analisadas, concomitantemente, as políticas educacionais que surgiram neste período, tais como a Reforma Francisco Campos (1931), Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e Reforma Gustavo Capanema (1942) e sua influência para com o estabelecimento de ensino supracitado.

Assim, como foco norteador, irá trabalhar-se com a temática da Metodologia de Ensino de História durante a chamada Primeira Era Vargas (1930-1945) no âmbito do *Gymnasium Catharinense* que, na época, possuía entre a maioria de seus professores, padres oriundos da Alemanha ou descendentes de alemães. Serão utilizados, para a orientação deste trabalho, os autores, Rogério Luiz de Souza, Giralda Seyferth, Renê Gertz, entre outros, para problematizar o período supracitado.

Entrementes, têm-se como objetivos específicos analisar, no campo da Macro-História, respectivamente, as mudanças nas Diretrizes e Leis Educacionais relativas ao ensino de História bem como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A década de 1930 contribuiu para a formalização da Revolução Varguista de 1930 e o ideal nacionalista proposto pela Política Interna de Getúlio Vargas. No campo da Micro-História, serão analisados os casos de acusação de traição da pátria pelos descendentes de alemães do Ginásio Catarinense, tais como o de revelar informações sobre Florianópolis para um submarino alemão, ou ainda de manter-se contato, via rádio com oficiais alemães; o Currículo relativo ao ensino de História Geral e do Brasil; a tentativa de uma Educação Humanista; a *Ratio*

Studiosorum aplicada bem como a Influência da Igreja Católica neste estabelecimento de ensino.

Conseqüentemente, o presente trabalho se norteará, e se interseccionará, por três tipos de fontes consideradas principais, sejam estas: Relatórios de Prefeitos do Ginásio Catarinense, tratados aqui como as fontes primárias, Fontes Orais por meio de entrevistas com pesquisadores e funcionários do Colégio. Escrever sobre o Ensino de História no Ginásio Catarinense durante a primeira passagem de Getúlio Vargas pela presidência, sobretudo no Estado Novo, apresenta-se como um tema instigante e inspirador, pois, além de ser um ex-aluno do atual Colégio Catarinense, me sinto desafiado a, em prol da práxis educativa, reafirmar, refletir e problematizar os processos educacionais vigentes e compreendidos após leituras concernentes à temática.

Em seu primeiro capítulo, serão analisadas, sob uma perspectiva da Macro-História, a temporalidade que margeou a Revolução Varguista de 1930, as mudanças nas Diretrizes e Leis da Educação relativas ao Ensino de História, bem como as Reformas Educacionais propostas nesta faixa de tempo, tais como a Reforma Francisco de Campos (1931), o Manifesto dos Educadores da Escola Nova (1932) e a Lei Orgânica ou Reforma Gustavo Capanema (1942). Fazendo a ligação com a temática central, o que se objetiva ainda é uma análise do ideal Nacionalista em voga a partir da Política Interna do Governo Vargas, no cenário florianopolitano.

Já no segundo capítulo, será investigada, na perspectiva da Micro-História, a chegada do Estado Novo e suas conseqüências para Florianópolis, sua política nacionalista e contrária aos interesses dos imigrantes e seus descendentes, em uma tentativa de uniformizar a cultura e o povo brasileiro. Assim, será verificada a Reforma Gustavo Capanema, de 1942 e por fim, será abordada a concepção de currículo e do universo que englobou a Metodologia de Ensino de História no Ginásio Catarinense.

Para tanto, uma análise inicial da Constituição brasileira da época citada, no quesito *Educação*, é pertinente. Assim, nota-se na Carta Magna de 1934 que, mesmo Getúlio Vargas propondo uma unidade nacional, subliminarmente existem diferenças entre as classes, ao passo que, as que são atendidas pela esfera pública deveriam, em larga escala, ser educadas indiretamente para o mercado de trabalho, construindo um universo de operários que iriam compor as fábricas, enquanto as educadas na esfera privada, frequentemente, deverão assumir o caráter inovador e

impetuoso que a grande nação precisava no momento, tal como é exposto no artigo nº 139 da Constituição brasileira de 1934:

Art. 139º. Toda empresa industrial ou agrícola, fora dos centros escolares, e onde trabalhem mais de *cinquenta* pessoas, perfazendo estas e os seus filhos, pelo menos, dez analfabetos, será obrigada a lhes proporcionar ensino primário gratuito. (BRASIL, 1934)

Portanto, neste momento, a questão educacional toma força na política nacional, porém, cabe a seguinte indagação: de que maneira esta questão foi elaborada? Será que cumpria o que prometia? Qual a qualidade educacional? As medidas tomadas atendiam às demandas da localidade onde estavam inseridas? Como se dava o ensino de História? Este preparava os estudantes para serem cidadãos efetivos¹ que exerciam seus direitos ou meros copistas?

A resposta a tais questionamentos reflete a posição de um governo que, ao querer inserir o país no quadro de países industrializados, periferizo, por vezes a situação educacional dos seus habitantes, pois para uma parcela da sociedade que poderia pagar por seus estudos era disponibilizada uma educação cujo objetivo primordial era desenvolver o aluno para o comando da sociedade, levando-o a refletir sobre esta e a tomar posição de liderança. Em contrapartida, para com a maior parcela da população, que não dispunha de fundos econômicos para custear a educação de seus filhos e que os matricularia na rede pública de educação, que fora orientada sob as premissas educacionais que o governo impunha, sendo estas de caráter Nacionalista e Conservador.

Em Florianópolis, por exemplo, apenas na década de 1940 houve o movimento modernista denominado Grupo Sul, tendo como mentores, em sua maioria, estudantes oriundos do então Colégio Catarinense, como se evidencia em GUERRA E BLASS (2009, p.21-22)

A dimensão reduzida da intelligentsia catarinense da época, as dificuldades de comunicação entre os vários centros culturais, o virtual autodidatismo dos intelectuais e a inexistência de casas editoras também serviram para truncar o acesso a novas idéias ou novas formas de criação artística. É sintomático que a Academia Catarinense de Letras, embora criada em 1920, tenha vegetado durante muito tempo, sem conseguir completar seu quadro ou editar uma revista. [...] a implantação da ditadura do Estado Novo deixou a intelectualidade catarinense esfacelada.

¹ Entende-se o termo cidadão de acordo com a construção da Constituição Nacional de 1988. Assim, a indagação posta trata de uma problematização e não de uma lacuna histórica, a qual remete o presente trabalho.

Outrossim, continuam os autores:

É neste cenário que, por volta de 1948, surge o movimento modernista em Santa Catarina, representado pelos jovens que se congregaram no Círculo de Arte Moderna (CAM). Eles eram majoritariamente egressos do Colégio Catarinense de Florianópolis, onde foram alunos de um certo professor que amava as artes. Os jovens modernistas buscavam espaço para vazão da produção literária, mas encontravam dificuldades, devido aos poucos jornais existentes e à natureza de suas propostas – eles queriam “abalar a pasmaceira da ilha”! (GUERRA; BLASS, abril de 2009, p. 22)

Não obstante, o ensino de História, em seu âmbito educacional, dos anos de 1932 a 1942, deveria contemplar às disciplinas de História Natural, História da Civilização e História da Filosofia. Já nos idos de 1942 a 1945, deveria contemplar as disciplinas de História Geral e História do Brasil, esta última referindo-se à Reforma Capanema, de 1942, que cerceou o ensino das línguas vernáculas e objetivou um padrão nacionalista para as escolas.

1 A PROMOÇÃO DE UM IDEAL

O ponto de partida: início dos anos 1930. Localidade: Florianópolis, antigamente denominada Desterro, capital do Estado de Santa Catarina. Cidade de muitas cores, muitos sons e de pouca gente, comparada aos padrões atuais. Porém, em Florianópolis localizava-se, em um grupo deveras menor, uma microssociedade de padrões diferenciados: a do Ginásio Catarinense.

O Ginásio Catarinense, fundado oficialmente em 1905, foi fruto de uma tentativa de se criar uma escola de qualidade aos moldes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Assim, com muita insistência e jogo de cintura, segundo Souza (2005, p.47), o Ginásio fora criado com as seguintes características:

Em 4 de novembro de 1905, celebrou-se o contrato entre o governo do estado de Santa Catarina e a “Sociedade Literária Padre Antônio Vieira” para a fundação, em Florianópolis, de uma escola de ensino secundário. Padre João Lutgen, representante da Sociedade, assinou um documento que garantia a subvenção de quinze contos de réis anuais, obrigando-se em sua cláusula segunda a instalar um colégio com o programa do Ginásio Nacional a partir do início do ano seguinte, “com os dois primeiros anos do curso seriado e acrescentando cada ano um dos cursos restantes”. A Sociedade deveria obter o quanto antes a equiparação ao Ginásio Nacional e admitir “cinco membros pobres, isto é, um como interno e quatro como externos, indicados pelo governo do estado, além daqueles de que tratava o código de ensino. O contrato estipulou ainda os valores de matrícula e mensalidade, não proibindo a Sociedade de estabelecer também um curso de disciplinas primárias ou quaisquer outras.

Assim, como se pode observar, estava fundamentado o início de um dos maiores colégios de Santa Catarina.

Entretanto, ainda reitera Souza (2005, p.47),

Para se certificar do sucesso do colégio e oficializar a entrega da primeira parcela de subvenção, no dia 04 de janeiro de 1906, a comitiva do governador do estado, Cel. Pereira e Oliveira, composta por desembargadores, senadores, secretários de estado e do município, superintendente municipal, prefeito de polícia e representantes comerciais, chegou à Chácara dos Pamplonas na Praia de Fora. Os visitantes percorreram a área de terreno destinada à instalação. Padre Carlos Norberto Ploes, diretor do Ginásio Santa Catarina entre os anos de 1906 e 1910, “teve ocasião de mostrar ao exmo. Sr. Governador a planta e os planos delineados para o levantamento dos prédios destinados para o funcionamento das diversas aulas, locação dos alunos internos, teatro, pátio e demais acomodações indispensáveis para a instalação de estabelecimento no gênero.

O Ginásio, assim, para atender à demanda da população local, teve que se adequar às normas e leis advindas da Constituição de 1891, que criava escolas e ginásios de Ensino Secundário, conforme Schwartzmann; Bonemy; Costa (2002, p. 26).

Assim, Valmir Muraro afirma:

Criam [os jesuítas] em Florianópolis, o Colégio Catarinense, sob a premissa do clero alemão, que foi um clero que sofreu um revés muito grande com a política Bismarkiana e a unificação alemã, sendo esta altamente política prejudicial a pastoral dentro daquele país. Muitas ordens religiosas que tentaram se estabelecer dentro da opressão da política de Bismark, tiveram que fixar-se nas fronteiras do território alemão, para sobreviverem. Porém, como os jesuítas eram uma ordem mundial, se implantam em colégios com os objetivos de formar as elites do mundo inteiro.²

Começaram suas atividades com um número reduzido de estudantes, distribuídos entre internos, externos e semi-internos. Porém, para se construir um ginásio aos moldes do Pedro II, do Rio de Janeiro, se deveria, primeiramente, reservar vagas aos estudantes necessitados financeiramente, apontados pelo governo. Estes eram em número de cinco: quatro para o externato e um apenas para o internato.

Para tal análise, cabe pormenorizar o fato de que, historicamente, o internato e o externato apresentam suas diferenças. Enquanto o primeiro recebia um público mais seletivo, advindo das camadas “nobres” da sociedade bem como de famílias exteriores à cidade de Florianópolis, o segundo recebia as camadas mais pobres da sociedade, a fim de atender a demanda local. O internato, todavia, destinava-se a formar e fomentar uma classe eticamente responsável e altamente capacitada para liderar e governar a sociedade catarinense, desempenhando funções de suma importância no cenário político e social.

Com disciplinas que iam desde o aprendizado das línguas vernáculas até aulas de Caligrafia, ordenadas e metodologicamente ensinadas a partir dos rigores da *Ratio Studiorum*³, os estudantes do Ginásio Catarinense, logo deveriam adequar-

² Informação concedida pelo professor Valmir Francisco Muraro ao acadêmico Fábio Will, em entrevista na Universidade Federal de Santa Catarina, em 22 de maio de 2013.

³ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Não estava explícito no texto o desejo de que ela se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno.

se segundo as vontades de uma nova sociedade que ali estava se formando, no seio da sociedade florianopolitana.

[...] as práticas e os métodos de ensino foram regulados pela Ratio atque Intitutio Studiorum Societatis Jesus – documento promulgado e publicado pelo padre Acquaviva, quinto geral da Ordem, em 1599, constituindo-se no primeiro sistema organizado de educação moderna. A Ratio Studiorum deveria garantir a uniformidade dos conteúdos – estudo das línguas e das obras clássicas (latim e grego) -, dos métodos pedagógicos – classes graduadas com progressão racional, na qual os alunos aprimorariam o conhecimento gramatical à medida que avançassem na idade e dominassem os conteúdos – e da prática pessoal de vida, formando para uma vida ordeira e disciplinada, segundo os códigos comportamentais dos gestos e dos corpos. (SOUZA, p. 72, 2005)

Essa uniformização da educação formal, estabelecida pelos padres jesuítas, direcionaria o cotidiano dos estudantes. Porém, ao contrário dos dias atuais, o ensino valorizava a escrita, sem valorizar as outras inteligências dos estudantes, tais como a oratória e as expressões artísticas.

Na primeira década do século XX, ainda não existiam uma série de conquistas humanitárias e acadêmicas. Montessori, Paulo Freire, Piaget, tampouco Vygotsky e Gardner, entre tantos outros, não haviam, ainda, elaborado suas teorias acerca da educação. Isto viria a tornar-se realidade apenas anos mais tarde, talvez décadas, dependendo do referencial adotado. Porém, a premissa se tornaria deveras igualitária, educar o homem para a vida em sociedade, algo que acontece desde os mais longínquos tempos.

1.1 A premissa do homem bom na esfera florianopolitana

Ao analisar-se a figura do homem bom⁴, cabe primeiramente delimitar o seu campo de ação. Portanto, o que seria este homem considerado bom? Quais as premissas aceitas pela sociedade que o caracterizariam de tal modo? O que o faria ter tal alcunha? E quem fugisse a regra, como era considerado pela sociedade florianopolitana?

Para delinear o momento,

⁴ O Homem bom ou ideal, elaborando uma ressignificação de Jean Jacques Rousseau em sua obra “O Contrato Social”, é o homem que se adequa a vida em sociedade e está disposto a colaborar com a manutenção da vida em harmonia.

Iniciava-se a grande luta contra o analfabetismo. O empreendimento firmava-se na educação popular como chave da civilização. A escola primária deveria transformar as crianças em agentes propulsores do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, da riqueza nacional. A principal finalidade era formar e regenerar as culturas das classes menos favorecidas, fazendo-as ingressar na rota do progresso. O conteúdo ensinado, a disciplina exigida, os horários a serem cumpridos deveriam preparar os 'filhos do povo' para a aceitação dos novos papéis sociais e para a justificação de seu lugar na sociedade. (SOUZA, 2005, p. 34)

Entretentes,

A instrução deveria levar meninos e meninas a pensarem apenas sobre os valores e os sentidos que lhes garantiriam sua convivência harmoniosa na sociedade civilizada. Educar serviria para fixar papéis sociais e proporcionar o progresso por meio da preparação de mulheres para o lar e homens para o mundo do trabalho. (SOUZA, 2005, p.34)

Contudo, a parcela da população florianopolitana que recebia tal educação, ainda era escassa, visto que o internato, como SOUZA (2005, p. 35) afirma, não conseguia uma igualdade de condições socioeducativas comparando-se ao Colégio Pedro II, modelo no Brasil para a Educação Secundária até 1930 quando o recém criado Ministério da Educação responsabiliza-se pelas orientações educacionais do país, criando os cargos de inspetores federais, tais como Antenor Moraes, inspetor Federal do Ginásio e Colégio Catarinense. Neste cenário, nota-se ainda a evasão de estudantes para o colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme afirma SOUZA (2005, p.35), que era fundado e dirigido por padres alemães.

Todos os esforços consistiam, antes mesmo da supressão do Ginásio Catarinense, em operacionalizar uma via possível de permanência de um colégio oficial, mesmo que não público. Procurava-se novamente estabelecer uma aproximação com a Igreja Católica, a fim de obter um corpo docente qualificado e dedicado à vida escolar e oferecer-lhe, por meio de contrato, a direção de um novo colégio. (SOUZA, 2005, p. 39)

E assim se moldava um cenário ideal de, concomitantemente, promoção da religiosidade e da noção de homem público, pois, mesmo fora do ambiente do Ginásio, os estudantes respondiam como pertencentes a ele.

1.2 A influência da arquitetura no planejamento do ensino

Contudo, não se pode pensar em uma educação nestes moldes, ao menos na época, sem ter-se um local apropriado para fazê-lo. E qual seria, em toda a região de Florianópolis, este local? A chácara da Família Pamplona, comprada em 1905, como aborda SOUZA (2005, p.44)

Faltava apenas um local apropriado que interrompesse o rumor e a agitação dos pedestres; onde as doenças não chegassem e os corpos se refugassem; onde as ruas findavam-se e o sonho de um colégio começava. Um local 'próximo ao centro, com vastos campos para jogos, espaço para plantações e edifícios, localização sadia e arejada, um local quieto e afastado dos ruídos perturbadores das artérias principais'. O padre provincial veio a escolher a grande chácara da família Pamplona, localizada na rua Esteves Junior, nº 35, que foi comprada no dia 6 de novembro de 1905, por 27 contos de réis.

Deste modo, observa-se ainda que,

Se a cidade de Pamplona em 1521 convertera um basco – Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus -, na chácara de Pamplona agora se viveria a primavera plena de promessas. Nesse lugar deveria ser arrancado o entusiasmo misturado com sonho; nesse lugar o moço deveria controlar suas emoções e enriquecer-se de saberes, hábitos, regras e valores, a fim de se tornar o novo homem da nova sociedade! (SOUZA, 2005, p.44)

Ao passo que o local havia sido adquirido, foram construídos os primeiros alicerces para a fomentação de uma base educacional de qualidade. Os primeiros dias foram dedicados a organizar tudo o que envolvesse a sistemática educacional. Posto isto, já na década de 1930, percebe-se a modelação de um ideário nacional evidenciado a partir da deposição do poder instaurado, conhecido comumente como a Revolução de 1930. Tal Revolução, entretantes, que em outras cidades de nosso Estado consumara-se rapidamente, em sua capital toma ares reticentes, visto que, foi uma das últimas a render-se às tropas getulistas, graças à resistência do General Nepomuceno. Tal fato consumou a capital dos catarinenses como a última a resistir à Revolução Vargasista, prognosticada a partir da capitulação de Fúlvio Aducci, governador recém-eleito e agora deposto.

1.3 E um ideário vai se moldando

De lá do próprio *Gymnásio Catharinense*, foi-se corroborando com um sentimento iniciado de modo silencioso, pouco tempo antes: o de ser Nacionalista.

O momento exige, assim, que se deve direcionar as ações e pensamentos de modo a estabelecer um vínculo entre os cidadãos da República que nascera sob o comando de Getúlio Vargas. Deste modo, toda a arquitetura fora reaproveitada para proporcionar aos jovens o desenvolvimento físico e intelectual capaz de gerar novos valores para a sociedade brasileira. Este objetivo, no cerne da questão, visava afirmar a tendência nacionalista que estava em voga nos países europeus e, também, nos Estados Unidos. Conforme Souza (2005, p.105) afirma que,

Lançando critérios de aceitação e repressão social, a construção de uma nova base figurativa de mundo alimentou os desejos e as convicções dos agentes históricos das décadas de 1930 e 1940. As ideias de nacionalização que estavam sendo difundidas às custas também dos horrores da Segunda Guerra Mundial, ajudaram a estabelecer essa nova imagem figurativa da sociedade brasileira. O imigrante estrangeiro, por exemplo, passava a ser visto como um perigo para a nação e a ordem social. Para os agentes da administração pública, os próprios centros de colonização no sul do Brasil continuavam preservando sua cultura e manifestando um sentimento antinacional, orientados, segundo esse ponto de vista, pelos países de origem em guerra, (Alemanha e Itália). Dentre todas as implicações existentes no período varguista, o problema da etnicidade gerou deveras um grande mal-estar para os estados do sul do país, devido à presença significativa de imigrantes estrangeiros.

Tal recorte histórico remete ao adiamento do ato revoltoso de 1930 em terras brasileiras. Desde a conhecida Coluna Prestes⁵ nosso país não tinha uma revolta de grande expressão como esta abordada. Entrementes, a Revolução de 1930 fomenta a industrialização no Brasil, posto que um ano antes, aos 24 dias de outubro de 1929, acontecera o Crack da Bolsa de Nova York, o que refletira decisivamente na economia brasileira. Assim, se precisava modelar a população para novos postos de trabalho, bem como um novo pensamento de comando e/ou liderança político social precisaria nascer.

⁵ A chamada Coluna Prestes foi um movimento que indagava acerca da proatividade da República Velha no Brasil. Apregoava reformas políticas e sociais de cunho esquerdista, denunciando injustiças sociais bem como o desrespeito para com a população. Tal movimento foi liderado e organizado por Luís Carlos Prestes, cabo deposto de seu cargo acusado de motim contra o governo brasileiro e transferido para o Rio Grande do Sul, donde inicia sua marcha contra as injustiças que assolavam o povo brasileiro, em 1924.

Aí se encaixa o *Gymnasio Catharinense*. O chamado colégio das elites, desde sua fundação, deveria comportar alunos de bom trato social em seu internato, distinguindo-se dos demais colégios públicos e particulares, pela sua educação. Era oferecido de tudo no colégio, desde tiro ao alvo até laboratórios de experimentos de Física e Química.

Deste modo, Souza (2005, p. 104) afirma que

A revolução de 1930 nascera dentro de outro propósito. Ser moderno ou civilizado afora significava ser brasileiro. A entrada em cena de Getúlio Vargas aqueceu este ideário e introduziu na esfera da administração pública um nacionalismo político centralizador e autoritário. Começava-se a apropriar e produzir uma história de tradições, valores e crenças consideradas comuns e genuinamente brasileiras. A efetivação desta política dependia da identificação, classificação, seleção e imposição de alguns elementos unificadores para enquadrar a diversidade cultural e as posições políticas divergentes e implantar a tão desejada “paz social”. Entendia-se, afinal, que a diversidade cultural do povo era obstáculo para a formação da nação brasileira.

Continuadamente, era promovida pelo Estado brasileiro a lembrança aos símbolos nacionais, evidenciados na Bandeira, no Hino e na honra à pátria. Outrossim,

Propositadamente, o Estado apareceria também como único sujeito político capaz de definir o papel das classes sociais no sistema, de intervir sua história e de anestesiar as suas lutas. Essa ação de despolitização da sociedade e de tentativa de harmonizar capital e trabalho quis situar todos num mesmo propósito e integrá-los a um corpo social que orientasse e influísse nos desejos, nas vontades e nos gostos individuais. (SOUZA, 2005, p.104)

Portanto, o Estado seria o promotor geral da cultura nacional intencionada e, caberia diretamente ao Ginásio Catarinense alicerçar estas bases histórico-culturais, de modo a assumir as prerrogativas indicadas pela Revolução Vargasista.

1.4 O papel fundamental da Igreja⁶

Toda sociedade têm sua crença em algo sobrenatural, seja alguma divindade ou algum misticismo proveniente de uma construção cultural. Não seria diferente com a sociedade Florianopolitana do início da década de 1930. Por mais

⁶ Quando se utiliza a palavra Igreja, referencia-se a Igreja Católica Apostólica Romana, com o intuito de, sumariamente e implicitamente, problematizar a prática pedagógica disposta à época.

que o país fosse denominado Laico, sabe-se que a Igreja alternou e, por vezes, orientou a esfera política nos seus atos, como exemplificado neste discurso de D. Joaquim de Oliveira, em 1936, conforme visto em Souza (2005, p.116)

Rezar pelo Brasil! Sim; para que ele continue, disciplinado e unido, na sua gloriosa trajetória. Rezar, com mãos puras e corações lavados. Rezar para que não nos contaminem essas moléstias sociais que se chamam anarquismo, bolchevismo; que são a desordem, o cancro das nações; que são a anarquia, a revolta dos incapazes e a reação dos desaproveitados. Rezar, enfim, por um Brasil grande, um Brasil Maior.

Fundamentado em uma microssociedade pautada nos bons costumes⁷ e na prática do bem ao próximo, a educação dentro do *Gymnasio Catharinense* deveria refletir-se também fora do espaço escolar, servindo os alunos como um espelho de uma educação sólida e que orientaria os seus aprendizes aos postos de comando da sociedade.

Assim, conforme Muraro (2003, p.31) corrobora,

Ao observar-se as estratégias retóricas e argumentativas dos Sermões, identificam-se inúmeras pistas que remetem às influências do *Ratio Studiorum* e dos Exercícios Espirituais. Apesar do peso atribuído ao estudo de latim, grego, teologia, filosofia e gramática pelo método de ensino jesuítico, a retórica assumia importância primordial, pois dotava o futuro sacerdote⁸ de recursos eficientes para a persuasão dos ouvintes.

Deste modo, percebe-se que a fé e o benfazer dos jovens estudantes deveriam guiá-los a um modo de vida que os tornassem distintos em uma sociedade que respirava ares da tomada de sua capital.

No projeto católico, todavia, resguardavam-se certos privilégios ao trabalhador. Não era ele simplesmente uma máquina a ser controlada por um botão. Havia-lhe alma, sua identificação com o Criador. Os seus esforços deveriam ser recompensados e tratados de maneira digna. Arrancar-lhe todo o tempo de vida com o fim único de depositar sua força de trabalho nas mãos dos donos de capital era inaceitável. Sacrificar-se para o bem da nação e de todos era, isto sim, o objetivo do projeto católico. (SOUZA, 2005, p. 110)

⁷ Entende-se aqui por bons costumes o bem ao próximo, ética e moral católicas do início de século XX, bem como a premissa do padrão de civilidade imposto por uma elite economicamente e culturalmente ativa disposta a reproduzir seus hábitos e costumes nos membros da sociedade. Assim, os membros desta que, por ventura, dispusessem-se fora deste limiar de aceitação (im)posto, eram considerados marginalizados à sociedade.

⁸ Aqui, entende-se no momento educacional que vivia o *Gymnásio Catharinense*, não a formação de sacerdotes em seu significado denotativo e, sim, na contribuição de pessoas capazes de contribuir nas esferas político-econômicas da sociedade florianopolitana.

Portanto, cabe afirmar ainda que, em detrimento de uma formulação de um ideário para o *bom rapaz*, é necessário este se inteirar de tudo o que acontece no mundo, acadêmico e religioso. Para tanto, as aulas de História deveriam ser ministradas por pessoas, geralmente padres que, ao professarem⁹ seus conhecimentos historiográficos e históricos, o faziam sob a hegemonia da Igreja, a fim de afirmar os conhecimentos acadêmicos e religiosos.

Assim como Souza (2005, p.114) aborda

Todos esses momentos eram propícios para exercer a função moralizadora e orientadora das práticas sociais, reafirmando seu caráter civilizatório ao veicular e projetar uma sociedade embasada no ideal nacional. Galgava-se uma situação em que todos pudessem reconhecer-se como cidadãos brasileiros, enquadrados numa mesma identidade.

Em seguida, afirma que

O cidadão católico não poderia deixar de colaborar com a nação. Tinha a obrigação de promovê-la com firmeza, respeitando e prestigiando a autoridade constituída. Na forma catequética e escolar, os padres jesuítas explicavam esses direitos e deveres do cidadão católico, a fim de que todos se convencessem da necessidade de estabelecer uma unidade entre os poderes estatal e eclesial, em que um auxiliaria o outro nos seus propósitos e intenções de justiça social e ordem pública. [...] Enfim, por meio de uma ação moralizadora da sociedade e voltada para os bons costumes patrióticos, os padres do Ginásio Catarinense estavam presentes nos mais diversos espaços sociais, orientando os envolvidos e exigindo a prática de valores nacionalistas. (SOUZA, 2005, p. 114)

Porém, é necessário fazer uma reflexão. Como esta congruência de valores se fundamenta nos quesitos éticos e morais da sociedade florianopolitana dos idos de 1930?

Ao passo que se fomentava um imaginário revolucionário, posto que o governo de fato foi tomado pelas tropas varguistas, só restava aos cidadãos, em especial aos do *Gymnasium Catharinense*, serem distinguidos por serem moralmente e eticamente coerentes para com o bom funcionamento da sociedade. Segundo Isaia (2005) *apud* Souza (2005, p. 106)

O ano de 1930 era visto como um recorte histórico, capaz de inaugurar um tempo novo para o Brasil. Essa nova etapa marcava-se pela construção de

⁹ Professor é aqui utilizado em sintonia a palavra professor, que é aquele que professa algo, ou seja, repassa a uma outra pessoa conhecimentos alheios à este.

um Estado harmonizado em caráter nacional, que reclamava a presença do catolicismo como força sobrenatural de preservação de sua identidade.

E esta era a sustentação proposta por Vargas, ao promover uma mobilidade pacificadora, pois, “para governar preciso do exército, para não usar o exército, preciso da Igreja”, conforme demonstra Souza (2005, p. 106)

Deste modo, a importância social da Igreja Católica foi, aos poucos voltando a sua secular situação, visto que, em uma sociedade pautada por dogmas e conceitos que se reformularam, a exaltação de preceitos diferenciados poderia servir como manifestação contra o Estado.

O Brasil da nova ordem, idealizado pelo Estado, precisava, para tanto, com o auxílio legitimador da Igreja, criar uma nova visão, carregada de imagens, valores e práticas que se opusessem à política liberal da Primeira República, confortadamente satisfeita com o nepotismo da política do ‘café com leite’, com a postura laica anticlerical, com o operário estrangeiro, confinado a uma árdua jornada de trabalho, e com os incentivos do capital estrangeiro imperialista aos setores agroindustriais. (SOUZA, 2005, p. 107)

E a educação, onde se enquadraria?

1.5 A tão sonhada reforma na Educação

O ano de 1931 veio com a premissa de postular novos horizontes para a Educação brasileira e, não por menos, o Gymnásio Catharinense embarcou nesta proposta governista. A chamada Reforma Francisco de Campos atendia a demandas antigas das bases educacionais brasileiras e visava orientar o ensino para compreender a universalidade que era exigida no mundo da década de 1930.

Após a criação do Ministério da Educação, Cultura e Saúde Pública em 1930, a Reforma Francisco de Campos de 1931 visa corroborar com a importância do ato educativo na construção de um ideário desenvolvimentista que se promovia dia a dia em nosso país.

A Reforma Francisco Campos redefiniu, em primeiro lugar, os saberes a serem ensinados nos colégios de ensino secundário, fortalecendo as Ciências Físicas e Naturais, o que também expressa uma perspectiva burguesa. Mas também deu importância ao ensino da Língua Portuguesa, que foi seriada, pela primeira vez em todos os anos do Curso Fundamental. Por meio do destaque à disciplina Língua Portuguesa procurava-se transmitir o nacionalismo emergente na sociedade brasileira, que foi

reforçado pela Revolução de 30 e transversalizado também nas disciplinas História, Geografia e Canto Orfeônico. (DALLABRIDA, 2009, p.189)

O currículo escolar era organizado de modo a contemplar as matérias de Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural e Desenho.

Para, especificamente, a disciplina de História, era proposta a sintetização do espaço-tempo sob uma perspectiva fortemente enciclopedista¹⁰.

Nos termos do decreto 19.851, o ensino secundário é organizado em dois segmentos. O primeiro deles, com a duração de cinco anos, corresponde ao ensino ginásial, ao qual se segue o curso complementar com a duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. Essa organização, na prática contrariava o que fora dito na exposição de motivos, anteriormente transcrita, pois continuava percebendo o ensino secundário como preparatório para o curso superior. Acrescente-se, ainda, o fato de que o conteúdo curricular continuava a serviço de uma elite intelectual, que se pretendia formar. Este descompasso entre a política de desenvolvimento industrial empreendida por Vargas e a reforma educacional proposta pelo seu Ministro da Educação encontra explicação no fato de que os setores conservadores ligados ao campo sofreram derrota apenas parcial com a Revolução de 1930 e ainda têm muita força no interior do governo, principalmente, no Ministério da Educação. (FILHO, 2005, p. 63)

O primeiro segmento, correspondente ao atual Ensino Médio, situaria o estudante nos degraus anteriores aos da universidade, focando-o a uma educação pormenorizada que refletirá na sua escolha profissional. Já o segundo ciclo, em caráter de especialização, corresponde a um início da profissão já na escola, em caráter técnico, disposto a orientar o aluno na escolha de seu ofício.

Embora elitista e de cunho conservador, no dizer de Romanelli (1999, p. 135), a reforma criou uma situação muito diferente da que existia em relação ao ensino secundário. Nesse sentido, estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental com a duração de cinco anos e outro complementar, com dois anos de duração e a exigência de habilitação nesses ciclos para o ingresso no ensino superior. Ainda, criou a inspeção federal e equiparou todos os estabelecimentos de ensino secundários oficiais ao Colégio Pedro II, dando a mesma oportunidade aos colégios secundários particulares, desde que se sujeitassem à inspeção federal recém-criada. Para isso, criou a carreira de inspetor de ensino; estabeleceu normas para o exercício da atividade docente e seu registro junto ao Ministério da Educação. (PALMA FILHO, 2005, P. 4)

¹⁰ O Enciclopedismo fora um movimento de escolarização ocorrido durante a Revolução Francesa, onde considerava-se que o conhecimento continha-se nas famosas Enciclopédias, contrariando a égide inglesa, a do Empirismo.

Esta tão sonhada equiparação significara um avanço grandioso em busca da notabilidade do *Gymnasio Catharinense*. O Colégio Pedro II sempre fora motivo, desde a criação e fomentação educacional proposta pelos padres jesuítas alemães, de comparação e de busca pela excelência. Porém, cabe ressaltar que, o modelo exercido pelo colégio perdura até a criação do Ministério da Educação, cujo passa a se responsabilizar pelos rumos da educação no país. Agora, neste recorte histórico, assim como outros estabelecimentos de ensino secundário, o *Gymnásio Catharinense*, está pronto e alicerçado a fim de tornar a escrever sua história com a propriedade de centros educacionais de excelência.

A reforma Francisco Campos representou a concretização da modernização do ensino secundário desejada por alguns grupos sociais desde o final do século XIX e, particularmente, na década de 1920, quando emergiu um instigante debate político e educacional. Ela teve a marca de seu idealizador na medida em que realizou uma centralização e homogeneização do ensino secundário inédita em nível nacional, tonificando o Estado educador. Esse traço intervencionista e autoritário de Francisco Campos se revelaria ainda mais claro na Constituição de 1937 – sustentáculo jurídico do Estado Novo –, elaborada por ele como titular do Ministério da Justiça do Governo Getúlio Vargas. Por outro lado, Francisco Campos imprimiu uma perspectiva escolanovista na reforma do ensino secundário de 1931, que estimulava a utilização de métodos ativos e individualizantes no processo de aprendizagem. (DALLABRIDA, 2009, p.190)

Inaugurou-se, segundo Schwartzmann (1983, p. 355), uma política de valorização da Educação, hierarquicamente, de modo a atingir a União, Estados e Municípios. Os incentivos¹¹ à Educação eram, no início do Governo, datados pelo autor de 1932, cerca de 6%. Ao passo que há a consolidação do governo varguista, estes incentivos chegam, em 1945 a 11%¹² para a Educação, conforme Kang (2011, p. 586-587). Há a pretensão, desde o ano supracitado de mudar o panorama educacional brasileiro, quanto à frequência dos estudantes nas escolas, sendo que, cerca de dois milhões frequentavam as escolas no início do governo e, ao final desta primeira passagem de Vargas ao poder, este número chega à casa dos 4%.

Estes números acima descritos narram a trajetória do governo em alicerçar a base educacional em todo o país, sobretudo nos Ginásios espalhados pelo território nacional. Ao passo que, ao saírem da infância, os agora estudantes

¹¹ Considerando-se que, conotativamente, o autor utiliza o termo “gastos com a educação”, se substituirá por incentivos à educação, em uma premissa de valorização e orientação das verbas públicas destinadas à esfera educacional.

¹² Incentivo que, até contemporaneamente, é solicitado pela grande maioria dos profissionais da educação, em referência às melhorias na qualidade educacional.

dos ginásios deveriam ser capazes de tomar decisões em prol da pátria e da coletividade nacional, visto que os individualismos inerentes à política anterior¹³ deveriam ser afastados do cenário intelectual social.

No regime antigo, os colégios secundários funcionavam como estabelecimentos sem ordenação, sem professores registrados e com exames feitos por bancas não qualificadas, a fim de apenas promover o preenchimento das vagas, sem o intuito de análise qualitativa dos alunos. Segundo Schwartzmann (1983, p. 363). Já em 1931, fez-se a primeira grande reforma educacional do governo, estabelecendo, assim, o ensino seriado, isto é, regular, com frequência verificada.

Porém, a contemporaneidade dos fatos condizentes a este acontecimento corrobora com a ideia de que, mesmo sendo um espaço educacional voltado a atender as elites, o internato do *Gymnasio*, deveria proporcionar uma educação distinta daquela oferecida pelo próprio externato, que era frequentado por alunos de outras camadas populares, senão a elite econômica.

O internato era frequentado por estudantes que tinham boa situação financeira e, ideologicamente, neste momento, deveriam estar aliados aos anseios do Estado.

1.6 E o Manifesto, manifesta?

Como todo anseio populacional pode ser representado por um grupo ativo da sociedade, uma reforma nas bases educacionais aos moldes de promover um ideário nacionalista seria de bom tom. Não por menos, dez anos após o país conhecer os sonhadores da Semana da Arte Moderna, há outro caráter também de cunho modernizador, porém, na educação brasileira.

Este movimento modernizador da educação brasileira surgiu, porém, contemporaneamente à inquietação da sociedade paulistana que aos 09 dias do mês de julho de 1932, irrompeu o que oficialmente é marcado pela Revolta ou Guerra Paulista (comumente conhecida como Revolução Paulista de 1932).

¹³ Refere-se aqui à política conhecida como Café com Leite. Este sistema valorizou em síntese, políticos advindos das regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo iniciado após o período chamado República das Espadas (período compreendente de 1890 à 1894), com o presidente Prudente de Moraes, do Estado de São Paulo e o seu final com o Presidente Washington Luís, também de São Paulo, em 1930. O então eleito presidente Júlio Prestes, paulista, não chegou a assumir seu mandato de 1931 à 1934 devido à Revolução Varguista, ocorrente ao final de 1930.

Para tanto, cabe análise de um movimento contrário ao Governo de Vargas, o qual culminou na criação do M.M.D.C. (sigla para Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo), insurgindo na cidade de São Paulo em 1932 e que contribuiu a formação desta nova sociedade pós-revolucionária.

1.6.1 E o M.M.D.C.?

Há de se ter um parêntese quando da menção da Revolta Paulista de 1932.

Contrários ao golpe de Estado varguista, os revoltosos paulistas incitaram o Estado a promulgar uma constituição. Como? Sumariamente, indo às armas e conscientizando as pessoas do maior estado economicamente ativo à inquietação e contrariedade em relação ao governo, o estado de São Paulo.

Portanto, pode-se afirmar que o Brasil vivia, em 1932, um período instável em sua história, em face de não-adesão a uma constituição formal por parte da cúpula Varguista, ou seja, aos moldes da Revolução Varguista, ocorrida em 1930, o Congresso Nacional, bem como a Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais ainda continuavam dissolvidas.

Com isto, um grupo de revoltosos paulistas, iniciou um levante popular contra uma real Ditadura de Vargas, influenciando, assim, toda a capital do Estado, em pouco tempo. Este grupo incitou um conflito ideológico-militar (neste caso paramilitar) contra a Liga Revolucionária, grupo ligado e favorável à situação governista e, em situação de combate, teve quatro de seus revoltosos assassinados. Em homenagem, criaram o chamado M.M.D.C. (sigla para Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo).

Em detrimento das agitações de uma possível onda revolucionária, Getúlio Vargas impôs ao seu exército a contensão dos manifestantes que honravam os preceitos professados pelos integrantes do M.M.D.C. Deste modo, circularam nos meios de comunicação da época imagens que corroboraram com a suposta onda de sublevação e questionamento da nova ordem instaurada.

Imagem 1: Os M.M.D.C. de São Paulo



Fonte: www.memorialdoimigrante.org.br

Para tanto, a análise da imagem a seguir, que demonstra a atuação dos quatro integrantes dos manifestantes pró-processo revolucionário de 1932, em união com a insígnia católica *In hoc signo vinces*¹⁴. Assim, no entremeio do processo Revolucionário, a propaganda antigetulista promovia o alistamento dos cidadãos para uma possível insurreição contra o governo. Assim, os cidadãos eram convocados a servir a causa paulista. Vale ressaltar que esta manifestação democrática foi a primeira no Brasil a utilizar grandes artifícios propagandistas. Suas mensagens, como se pode perceber, traz ordens diretas e objetivas visando uma arguição convincente aos populares.

1.6.2 No entremeio da situação revoltosa

Porquanto, pode-se afirmar que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por grandes pensadores brasileiros, à época: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Cecília Meirelles, Fernando de Azevedo, entre outros, é marcado por profundas transformações na estrutura educacional e por uma reforma na base da educação brasileira, trabalhando as inquietações populares ante as exigências de uma progressividade e positividade governista.

¹⁴ Por este signo vencerás, em tradução latina, foi uma frase utilizada por Constantino I para explanar acerca do momento vivenciado momentos antes da batalha da Ponte Milvia, contra o imperador romano Marco Aurélio Magêncio, datada pelo historiador Eusébio de Cesaréia em 312. Durante este momento relatado por Eusébio de Cesaréia, Constantino I olha aos céus e identifica duas insígnias que correspondiam às letras iniciais do nome de Jesus Cristo.

Assim, postulado-se no princípio do próprio manifesto dos pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, que:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p.1)

E, deste modo, ao analisar a situação da educação brasileira, bem como, o início processo de abasileiramento proposto por Getúlio Vargas, encontra-se, no seio do Manifesto, dizeres em todas as esferas congruentes para a problemática da Metodologia educacional.

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrarias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes... (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p.1)

No âmbito do *Gymnásio Catharinense*, o que se ansiava era que cessasse o clima de animosidade proveniente da invasão de Florianópolis, no início da década de 1930. Para tanto, os padres superiores incumbiram-se da tarefa de se aproximar do governo de maneira cordial, amistosa e segura proporcionando à base governista um poderoso aliado para a fomentação de cultura e promoção da ideologia nacionalista.

Vale antecipar que no percurso entre os manifestos em tela a Pedagogia Nova enraizou suas práticas influenciando com o movimento liberal democrático tanto na sociedade civil, quanto nas políticas educacionais emanadas pelo Estado. Na fase que passa pelos anos 1920 e 1930, os Renovadores traziam como teses na Pedagogia Nova um caráter revolucionário, mas se comparada às teses desenvolvidas pela esquerda não passava de reformas, mesmo que estruturais, mas dentro da ordem e de manutenção

do sistema e poder econômicos, ou seja, afastavam-se do campo da disputa pelo poder político para intensificarem o processo de especialização do campo pedagógico. (LIMA, 2012, p. 3)

Tal período da História de nosso país, pós 1930, resulta em um momento onde nota-se um avanço na concepção didático-metodológica da Educação e, sobretudo, na contemporização de informações alheadas à historiografia tradicional. Novos paradigmas educacionais são criados, de modo a manter o controle em sala de aula, formando jovens conscientes de que o mundo onde estão inseridos está em constante transformação ideológica, bem como conscientes de que novas fronteiras físicas e culturais são criadas a cada dia que passa. Portanto, este controle passa, sobretudo, a um controle ideológico sobre o imaginário popular.

Quanto à localização espaço-geográfica inerente ao *Gymnásio Catharinense*, os padres observavam atentamente e simpatizavam, com este novo ideal nacionalista varguista, proposto a valorizar o povo brasileiro, em síntese. Porém, o que se há de ressaltar é a proposta de valorização do cenário de engrandecimento da brasilidade, assim proposta por SOUZA (2005, p.104)

Ser moderno ou civilizado agora significava ser brasileiro. A entrada em cena de Getúlio Vargas aqueceu este ideário e introduziu na esfera da administração pública um nacionalismo político centralizador e autoritário. Começava-se a se apropriar e produzir uma história de tradições, valores e crenças consideradas comuns e genuinamente brasileiras. A efetivação desta política dependia da identificação, classificação, seleção e imposição de alguns elementos unificadores para enquadrar a diversidade e as posições políticas divergentes e implantar a tão desejada “paz social”. Entendia-se, afinal, que a diversidade cultural do povo era obstáculo para a formação da nação brasileira.

Para tanto, o currículo escolar foi reformulado de modo a atender estas novas exigências político-educacionais. Resignificar a função social da família também passa pelas exigências atribuídas pelo Estado e pela Igreja às famílias dos estudantes do *Gymnásio Catharinense*. Aos internos, filhos de pessoas da elite econômica, eram atribuídos o bom convívio social e a distinção para com os demais membros da sociedade, por adequação às condutas estabelecidas no seio familiar.

A adequação às premissas do Estado pelas elites transparecia no ideal da formação de um sujeito culto, preocupado com a manutenção de seu status social, contribuindo para a manutenção do domínio destas sobre as massas que,

outrossim, adequavam-se a um novo cenário político-ideológico-educacional que se estabelecera.

Propositadamente, o Estado também apareceria como único sujeito político capaz de definir o papel das classes sociais no sistema, de intervir na sua história e anestesiar suas lutas. Essa ação de despolitização da sociedade e de tentativa de harmonizar capital e trabalho quis situar todos num mesmo propósito e integrá-los a um corpo social que orientasse e influísse nos desejos, nas vontades e nos gostos individuais. (SOUZA, 2005, p. 104)

O cenário que ali se estabilizara, não obstante, foi alvo de inquietações por parte dos grupos que eram aliados à política e economia outrora suprimida. De tal modo, evidencia-se que, para manter o controle e a hegemonia da Revolução, astuciosamente Getúlio Vargas estabeleceu contratos sociais¹⁵ para com a Igreja e com a elite econômica e cultural de nosso país, para que, deste modo, pudesse propor uma mudança substancial.

Problematizando o cenário ideológico-religioso e social, cabe afirmar ainda que, já sendo donos de disciplina e organização que se destacavam ante os brasileiros, os imigrantes de origem alemã ainda apresentavam como alicerce a crença de que o espírito comunitário deveria ser voltado ao trabalho e ao progresso da localidade donde vivem e reafirmadas no viés religioso, pautado pela igreja evangélica, representante de parte dos alemães que aqui se fixaram.

Ao analisar-se a peculiaridade da adesão inerente aos florianopolitanos, reflete-se que, sobretudo, o situacionismo governamental transformou-se em uma prática corrente, desde o advento da República. Deste modo, nestes anos iniciais da revolução Varguista, não haveria de ser diferente. Porém, analisa-se que o que houve neste momento, foi a transferência de poderio político para as famílias do planalto de Santa Catarina, representada pelos Ramos, o que mais tarde, refletiria como um choque de poderes e valores com os descendentes de alemães em todo o Estado, representados pela família dos Konder.

¹⁵ Assim como Jean Jacques Rousseau propõe em seu ensaio homônimo uma dura crítica, entrementes, ao ato de governar partindo de premissas que questionassem a participação ativa do povo no processo político. Assim as égides religiosas, da organização social, do poder e até mesmo a própria noção de liberdade, deveriam, a esta maneira, serem repensados sob a pretensão de formular uma nova ordem pública, disposta a assumir as características de historicidade e até mesmo a própria permuta cultural entre as diferentes camadas sociais.

Assim, os filhos da Aristocracia observavam atentamente nas aulas de História um pouco mais acerca das transformações do país e, concomitantemente, atentavam-se às questões do mundo, através dos rádios e jornais.

Não foi sem a mão austera e forte do Estado que se tentou construir uma identidade nacional capturada e forjada no pensamento de conservadores reformistas, de intelectuais da Semana da Arte Moderna e de autores católicos. A partir desta matriz de pensamento, coube ao governo federal levar a população brasileira a “compreender” sua própria tradição moral, religiosa e social, em tudo distante de outras nações. Não era mais razoável estar como se fosse uma criança chorona e teimosa, desejando o que não se podia ter e imitando, confusamente, maneiras e hábitos que não valorizavam a inspiração e a emancipação criadora do país. A condição de “autoridade paterna” do Estado, ao vigiar, persuadir e punir severamente “seus filhos”, queria tirar o Brasil deste estado mimético. (SOUZA, 2005, p. 104-105)

Com um paternalismo fraternal, Vargas incumbiu-se logo de guiar o país rumo ao progresso industrialista. Assim sendo, se dispôs a alavancar as indústrias Brasil afora, em um ritmo acelerado, cuja intenção era recuperar o tempo perdido e recolocar o país nos eixos do desenvolvimento. Com esse objetivo foram criadas empresas-chave para este processo de desenvolvimento, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.) e a Companhia Vale do Rio Doce (C.V.R.D.) para firmar este compromisso com seu ideário governista.

Porém, é necessário voltarmos ao ano de 1932. Neste ano, muito atribulado pela Revolta dos Paulistas aos 9 dias de Julho bem como com a criação e fomentação do Manifesto dos Educadores da Escola Nova e pela década da Semana da Arte Moderna. A aliança com a igreja e a propensão católica (im) posta pelas autoridades do governo, mesmo que indiretamente, fez com que o país fosse indiretamente harmonizando-se ante ao marasmo advindo da década anterior.

Essa aliança com a igreja tinha que ter um ponto de equilíbrio, para que não houvesse a deterioração das suas funções específicas. Dentro dessa compreensão, só ela seria capaz de proporcionar o verdadeiro sentido de brasilidade, uma vez que a nação era considerada essencialmente católica. O próprio governo provisório dos anos 1930 haveria de aceitar essa realidade, até porque os intelectuais católicos já estavam desde os anos 1920 se unindo em torno de um sentido de identidade nacional. Estabelecer essa aliança agora seria sinal da evolução da civilização brasileira e, para o governo ditatorial de Vargas, a condição legitimadora de seu regime. (SOUZA, 2005, p.126)

É notável que os valores assim formulados para a fomentação de um nacionalismo sem precedentes, assolaram o país e, não obstante, isto fez com que os padres e alunos do *Gymnasio Catharinense* mantivessem sua postura de aceitação da situação governista, ao menos de forma oficial.

Mas, conforme Schwartzman (1983, p.35), mesmo com o ideal de promoção a uma identidade nacional:

A insânia da politicalha não vacilou em acender a flama da guerra civil, seduzindo com seus engodos e suas intrigas a nobre gente paulista, a fim de atirá-la a uma aventura armada que só poderia servir aos velhos exploradores do poder.

Deste modo, ao passo que uma insurreição assolava o comando do país, as decisões político-ideológicas formavam-se de modo a propagandear o sistema promovido por Vargas. No entanto, como assinala Schwartzman (1983, p.35)

[...] a nação inteira formou ao lado do governo e do sr. Getúlio Vargas, cuja decisão varonil ao enfrentar a contrarrevolução galvanizou as energias populares, estonteadas no primeiro instante pela surpresa e pelo vulto do movimento. O país demonstrou então a vitalidade de seu organismo e a firmeza da sua consciência pública, vencendo galhardamente o insólito perigoso.

Embora, com muita luta política e com revoltosos reagindo contra o Estado, o final deste confronto tem como desfecho fundamental a criação e promulgação de uma Assembléia Constituinte, de modo a criar uma Constituição para o Governo Varguista.

Este episódio, em um âmbito voltado a reconstitucionalização de nosso país, firmava a política interna Varguista, que seria conduzida com mãos de ferro, com o intuito de guiar o país à modernidade.

Porém,

A revolução ainda não se consolidara. Não tivera tempo de plantar-se no solo político assim como já se plantara na consciência popular. Não pudera mesmo, em tão curto prazo, instituir a sua tábua de valores invulneráveis, formar a sua estrutura ideológica, definindo em princípios de Estado e diretivas de governo os anseios profundos, as inspirações e os reclamos que lhe vinham da alma da nação. Embora vitoriosa, contando com entusiasmo e a confiança da maioria esmagadora do país, não tinha quase elementos de defesa contra a conjuração das agremiações partidárias que, desprovidas de qualquer conteúdo e existindo apenas para a disputa das posições, ainda mantinham a posse da velha máquina política, tão difícil de desmontar. (Schwartzman, 1983, p.35)

1.7 No tocante a Constituinte e ao Ginásio

Ao iniciar o ano de 1933, o clima ainda estava tenso entre os revoltosos de 1932 e a situação governista. Não menos tenso estava o clima dentro do Ginásio que, previamente assistiu a derrocada das tropas do General Nepomuceno, resistente da então situação, de Fulvio Aducci.

Na Europa, como bem estavam atentos os estudantes e professores do Ginásio, um novo modelo governista ascendia ao poder: O Nazismo de Hitler.

Com um novo ideário nascendo, muitos dos descendentes de alemães instalados em Florianópolis observavam atentamente o reerguer alemão ante outras nações mundiais em pouco tempo. Porém, este ato alemão não se estabeleceria unilateralmente, ou seja, apenas com as próprias forças. Era preciso, sim, elencar os inimigos do sistema instalado, estereotipá-los e afastá-los da pátria mãe, a Alemanha.

Mas, no entanto, quem seriam estes inimigos do sistema de governo alemão? Sumariamente poderiam ser os afrodescendentes, homoafetivos e, acima de tudo, os judeus, aos quais eram destinados as maiores ondas de ataques políticos ideológicos do partido, sendo acusados de direcionarem o país ao caos, sobretudo, socioeconômico. Assim, neste momento, segundo a doutrina outorgada pelo N.S.D.A.P.¹⁶, era necessário ser austero e eliminar estas camadas da população. Sem a figura proeminente de um grande líder, também, o partido não estabeleceria a tão sonhada reforma em todas as camadas naquele país.

Aqui no Brasil, os olhos estavam voltados para as transformações do velho continente e, também para os acontecimentos posteriores à revolta paulista. Ainda no ano de 1933, conforme afirma SCHWARTZMANN,

Ao instalar-se a Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933, o chefe do Governo Provisório não só lhe prestou contas de administração, nos três anos de exercício de poder, como também lhe dirigiu oportuna advertência sobre o sentido eminentemente brasileiro e nacional que devia orientar os seus trabalhos.

Desta forma, os livros de história deveriam compor a crítica nacional a partir da identidade nacional, pautada em um ideal de civilidade e brasilidade,

¹⁶ Sigla esta referente ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Em alemão, (N.S.D.A.P.), ou *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*.

propondo formação de uma grande nação moderna, que não mais aceitaria os atrasos constantes que aconteciam ainda na política do café-com-leite, revistos na valorização do exterior e, conseqüentemente, na desvalorização do produto nacional. Produto este agora, político, econômico e, sobretudo, cultural. Eis os novos tempos do Brasil.

Assim encaravam os padres do Ginásio Catarinense, dispostos a manter-se em foco mesmo com as adversidades que tal regime, em formação, propunha. Mas, seguia-se a certeza de que, ao valorizar a educação, poderiam contribuir para a fomentação e molde de homens capazes de gerir a vida pública florianopolitana, catarinense e nacional.

Para valorizar e manter a boa-educação, os padres jesuítas mantiveram seus preceitos face ao novo ideário proposto pelo Manifesto dos Educadores, em 1932.

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para transformação de arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (Foucault, 2004, p.125)

O elemento da disciplina, herdado dos antepassados, permanecia vivo no cenário desta instituição de ensino, o qual rendia frondosos frutos, semeados na tríade ordem, disciplina e trabalho.

Primeiramente, ao analisar a questão da ordem, cabe validar o argumento proposto por Foucault (2004, p.126)

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo e da aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.

Portanto, a valorização da ordem como esquema fundamental na educação, serve como modelo de bom aprendizado, na qual o estudante deve

seguir rigorosamente um modelo de boas maneiras, de modo a colaborar com o bom andamento e o bom funcionamento do espaço educativo, no caso o Ginásio Catarinense. Assim, com o seu lugar previamente definido, o estudante terá horários para cumprir com o seu papel de aluno e responder aos anseios de uma sociedade que, vislumbrava ares de mudança.

Entretanto, afirma CAMPOS (2006, p 82)

O sul do Brasil constituía-se, nos anos 30, no local de maior concentração de imigrantes e descendentes de imigrantes do país, apresentando uma forte influência europeia, com grupos espalhados pelo litoral e pelo interior com identidades próprias, culturas diferentes, linguagens distintas. Ao contrario de muitos dos imigrantes localizados em São Paulo, que rapidamente assimilaram o modo de vida urbano, perdendo, dessa forma, os seus costumes de origem, os 'colonos' do Sul estiveram concentrados na sua maioria em diferentes zonas culturais, isolados em relação aos hábitos das cidades, conservando tradições e comportamentos muito semelhantes aos de sua pátria de origem.

Estas mudanças perpassariam a consolidação do regime proposto por Vargas, centralizado na figura paternalista de um grande líder, aos moldes das grandes nações do mundo, tais como Estados Unidos, Japão e, agora, Alemanha e Itália. Estes dois últimos, devido à proximidade e, até a ascendência de estudantes do internato, eram, de fato, os mais apreciados.

No caso de países como a Alemanha e Itália, o que se experimentava era a consolidação de um regime centralizado nas ações de seu líder, respectivamente, Hitler e Mussolini. Os inícios das atividades daqueles países passaram a ser registradas de modo a convencer a população em prol de um bem maior, a nação, e que acabou servindo de modelo para o próprio Brasil.

Já a propaganda de Getúlio Vargas, criada com o intuito de aproximar o povo brasileiro para a sua forma e conduta de governo, teve na comunicação a sua mola propulsora para a aceitação de fato e definitiva do povo. A "hora do Brasil"¹⁷, invenção getulista, foi um dos programas que visava informar a população da situação e dos problemas e avanços que o governo enfrentava em sua jornada de civilizar e nacionalizar, em todos os âmbitos nosso país. Conforme Campos (2006, p. 106) afirma

¹⁷ Atualmente este programa é conhecido como "Voz do Brasil", sendo veiculada de segunda à sexta-feira do horário das 19 horas às 20 horas.

Ao intensificar-se a fiscalização em relação ao uso da língua nacional, a prática de escutar transmissões de rádio de emissora alemã foi proibida, e tornada obrigatória a ocupação do espaço radiofônico pela Hora do Brasil.

Contudo, a propaganda massificadora getulista não para por aí. Fotógrafos em suas comitivas, participações em programas de Rádio, veiculações de avanços país adentro faziam parte do cotidiano do governo.

A questão da construção da figura de Getúlio Vargas – do mito Vargas – envolve uma reflexão específica que extrapola os objetivos desta análise. Mas é importante assinalar que este mito foi edificado em um espaço de tempo não muito longo e que coincide justamente com os anos do Estado Novo. É praticamente consensual reconhecer que em 1930 Vargas era um entre os homens que fizeram a revolução. Não era praticamente conhecido, muito menos reconhecido. Esta condição se alterou com a chefia do Governo Provisório, mas nas eleições realizadas na Assembléia Nacional Constituinte em 1934, seu nome disputou votos ao lado do de Borges de Medeiros e Góes Monteiro. As eleições de 1934 podem ser entendidas como um episódio politicamente denso e ilustrativo da instabilidade política em que vivia o país. Elas demonstram, por exemplo, as dificuldades que Vargas encontrava tanto na esfera parlamentar como extraparlamentar. Ele precisou manobrar e utilizar todos os recursos políticos de que dispunha visando sua eleição, até o último momento. (GOMES, 1988, 238)

Para explorar estes mecanismos, Vargas utilizou, entre outros, a Fotografia e a Educação, a fim de promover os interesses do governo.

E, assim sendo, com uma figura amorosa sendo criada, houve fácil inserção e perpetração desta figura nas famílias brasileiras, de modo a permanecer nos ideários da época como um grande líder. Na questão fotográfica, nasce a figura paternalista, disposto a auxiliar os trabalhadores e pobres, porém, a alcunha de líder é revigorada a cada clique.

No âmbito do Ginásio, agora os padres vislumbravam o sucesso da Revolução de 1930 e, com bons olhos, adequaram-se à Política Nacional de Educação. Assim, para compreender a grandiosidade que o momento traz, referencia-se Diário Oficial do Estado (1939, p. 03) *apud* SOUZA (2005, p.134)

O Ginásio era entendido como um aparelho óptico capaz de divisar o futuro. Como instituto secundário, era um mecanismo importante e influente para promover os ideais nacionais entre uma mocidade que deveria assumir as responsabilidades maiores dentro da nação. 'Esses ideais deveriam levar ao trabalho sério pela grandeza, prosperidade e felicidade do Brasil, que Deus deu por pátria'. Ele acabou, por isso, tornando-se um lugar útil à religião e à pátria.

Deste modo, o governo varguista analisava com bons olhos a submissão do Ginásio Catarinense à sua política nacional, haja vista que, em uma de suas visitas, o órgão federal, representado na figura do inspetor Federal, afirmara que

[...] o Ginásio não era somente um estabelecimento de estudo, mas, em verdade, 'era uma grande casa de família onde todos se dedicavam a uma só finalidade, que era de preparar jovens para serem dignos da sociedade e que pudessem ingressar na vida prática com sólidos conhecimentos culturais, religiosos e sociais. Não saíam tontos, porque iam fortalecidos pela fé'. (GINÁSIO CATARINENSE, 1940 p. 39 apud SOUZA, 2005, p. 134)

Deste modo, cabe analisar que, o Ginásio estava bem representado ante o país, algo que, desde sua fundação, era almejado pelos jesuítas das mais diversas nacionalidades que aqui intentaram a ideia de instaurar um centro de excelência estudantil.

Nas comemorações cívico-religiosas do Ginásio também se divulgavam as intenções de um projeto que se confirmava uma prática nacionalista. Ritualizando um sistema comum de crenças e de significados capazes de estabelecer uma unidade interpretativa, a recorrência a esses espaços aglutinados traduzia os sentimentos dos seus representantes e revelava a vontade de seus ideólogos. (SOUZA, 2005, p. 135)

E assim se moldava o ideário nacionalista. Deste modo, cabe analisar o cenário educacional do Ginásio Catarinense ante as políticas educacionais do Estado para o Ensino de História.

1.8 O Ensino de História ante as reformas educacionais da Era Vargas

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, logo se pensou em criar vínculos com o povo para servir como alicerce de sua trajetória política e manutenção do governo no poder. Assim, pode-se refletir que, aliado a isto, valorizou-se de certa maneira, em um primeiro momento, os imigrantes e sua cultura, a fim de conquistar a confiança da população em geral para que, a partir disto, fosse proposto um cenário nacionalista que, em contrapartida, fomentou uma cultura brasileira.

Portanto, o ensino de história nas escolas secundárias e nos ginásios fora valorizado para que fosse problematizada a temática da revolução Varguista e que, assim sendo, o mentor e líder desta fosse para os anais da história brasileira como o

mentor de uma grande mudança social e política que levou à nação a possibilidade de ingressar no rol das grandes nações industrializadas e culturalmente destacadas.

A valorização da história do povo brasileiro se dá neste íterim, portanto, a história da nação brasileira necessitava de revisões, de modo a extinguir os preceitos europeizantes e disponibilizasse a iniciativa brasileira na construção de um novo país, vigoroso em suas ações, grandioso em seus pensamentos.

Cabe ressaltar que Souza (2005, p.135) aborda que o inspetor federal do Ginásio, em 15 de julho de 1939, expressou-se a respeito do ensino de história no Ginásio, ao cumprir a portaria nº 142 de 1939.

Cabe-me externar os meus aplausos a essa divisão pela feliz e oportuna medida, que vem ser posta em execução, pois assim poderão os professores melhor ensinar a nossa história pátria e, conseqüentemente, melhor exigi-la. Pois se não era um tanto deficiente já pelo pouco tempo que lhes dedicava, como também pela programação da matéria de algumas séries do curso fundamental, era difícil tratar-se com maior carinho das coisas que se referem a história do Brasil. (SOUZA, 2005, p.135)

Ao valorizar-se a postura nacionalista, cria-se uma indisposição para com os imigrantes alemães e de outras nacionalidades que se enquadrariam como o Eixo, e que seriam, portanto, rotulados de inimigos da nação. Isto, subliminarmente e diretamente, gerou angústias aos conhecidos alemães e em grande parte dos migrantes de origem germânica, sendo, inclusive estes, alvo de muitas represálias por parte do governo e da população em geral.

No desenrolar da situação de valorização de uma cultura nacional, tudo que era visto como estrangeiro, ou peremptoriamente, como aliado a um possível inimigo brasileiro, era visto com maus olhos, devendo ser coagido a mudar de posição ideológica ou, expulso de nosso território.

Para tanto, ao passo da gradual consolidação da Revolução, fez-se necessário a implantação de reformas no campo educacional, evidenciadas, em primeira instância, com a criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1931 e com a reforma Francisco Campos, como corrobora Nova (2011, p.16),

A Reforma Gustavo Capanema (1942) ocorreu no governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo, período marcado pelo regime totalitário, que iniciou em 10 de novembro de 1937 e se estendeu até 29 de outubro de 1945. Junto aos fatores sociais, o sistema educacional se transformou quando foi instaurada a Reforma Francisco Campos (1930) e o Manifesto dos Pioneiros (1932). O Brasil neste período se define com o governo provisório, com lutas ideológicas a fim de sanar os conflitos sociais e

econômicos do período. Em meio a tantas transformações políticas, a educação assumiu um caráter sistematizado a partir da Reforma Francisco Campos, que por sua vez, foi denominada a primeira reforma educacional de caráter nacional, no qual ocorreu de 1930-1934, sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Esta reforma visou à criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário, comercial e superior.

Neste ínterim, encontravam-se os padres jesuítas e sua ascendência germânica. Ao passo que o Ginásio Catarinense, já em 1905, fora criado pela égide católico-cristã, este ideal entrelaçava-se de acordo com o intuito teuto-brasileiro de criar um centro de excelência de ensino secundário, este disposto a atender as necessidades do povo catarinense e promover no cenário nacional um ginásio aos moldes do Colégio Pedro II.

De modo a valorizar a cultura nacional e a promoção cultural pretendida pelo governo, o ginásio, atendendo aos moldes da Reforma Francisco de Campos, passa a oferecer, desde 1932 até 1942, ano da promoção da Lei Orgânica ou Reforma Gustavo Capanema, disciplinas de História da Civilização que atendia aos cinco anos do Ciclo Fundamental e, também, de História do Brasil, a qual é reinserida no currículo escolar. A disciplina de História da Civilização, com a criação do Curso Complementar “Pré-Jurídico”, fora oferecida também, no primeiro ano deste curso supracitado.

Não seria por outra razão que a estrutura curricular contemplaria esses propósitos, explicando-os dentro do entendimento nacionalista. O aumento das cargas horárias para o ensino de História, Geografia e Língua Nacional e a introdução das disciplinas de Economia Política e Sociologia indicavam o eixo no qual girava o currículo escolar. (SOUZA, 2005, p.136)

Como Souza (2005, p. 136) afirma “No ensino da História dava-se ênfase aos grandes vultos nacionais, situando o Brasil dentro do processo civilizatório das nações europeias e do desenvolvimento econômico dos norte-americanos.” Assim,

Com a Reforma Francisco Campos (1931), a formação do aluno deveria ser mais do que um apêndice preparatório para o ingresso no curso superior. E isso vinha ao encontro do próprio desejo dos diretores do Ginásio Catarinense, que insistiam no ensino seriado. Queria-se preparar integralmente a mocidade para que ela pudesse enfrentar os desafios da nação. As noções e os conceitos básicos aprendidos deveriam ajudar os alunos a respeitarem e colaborarem de imediato com o novo sistema social, político e econômico. O ensino, portanto, perspectivava ‘uma formação do jovem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o

habilitassem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e seguras. (SOUZA, 2005, p. 137)

Ao mesmo tempo em que se ensinava o fato de ser brasileiro, ou da brasilidade, nota-se que, nas colônias alemãs ainda era preservado, mesmo que em baixa escala, o *Deutschtum*¹⁸, orientando as crianças que preservassem seus costumes advindos da terra de seus ancestrais.

À preservação da raça, acrescentou-se outra variável: a manutenção do chamado *Deutschtum* (germanismo). Esta Ideologia, no entanto, do germanismo – ou, para alguns, ‘pangermanismo’ -, é anterior ao nazismo, e teve expressões no Brasil desde o século XIX. O nacional-socialismo incorporou elementos de manutenção da cultura, acrescentando as teorias raciais. A preservação do *Deutschtum* seria feita de diversas maneiras, porém a mais recorrente seria por meio das escolas alemãs em território estrangeiro, pela educação da ‘juventude alemã’ no Brasil. Além disto, desejava-se também preservar a língua alemã, considerada pelos nazistas como um dos elementos culturais mais importantes ao lado da raça. (DIETRICH, 2007. P. 54)

O nascente ano de 1934 trouxe consigo a novamente inquietação da camada abastada de São Paulo, que urgia pela necessidade de criar uma Constituição aos moldes do Governo. A elaborada Carta Magna de 1934 projetou a posição de grandiosidade que o Brasil deveria assumir ante as nações civilizadas e todos, sem exceção, deveriam colaborar para isto. Pode-se analisar que, assim sendo, todos tem o seu papel na sociedade, desde desempregados até os governantes. Ao clero, era definido o papel da evangelização para a construção de um novo país, juntamente com os preceitos ético-morais Católicos, bem como dos ideais governistas e, aos políticos, em comunhão com a própria Igreja Católica Apostólica Romana, direcionar os preceitos nacionalistas à população. Contudo, postulava-se a questão da estratificação social intermediada pelo patriotismo inerente às questões católicas, regulando assim o funcionamento e manutenção do *Status Quo* cotidiano. Ao identificar-se com esta posição, o indivíduo deveria combater os *vícios degeneradores* (SOUZA, 2005, p. 116) de modo a torná-lo útil para a vida em sociedade.

Porém, quais vícios seriam estes?

¹⁸ Porém, ressalta-se que o *Deutschtum*, não é a cultura alemã como erroneamente analisa-se e, sim, o sentimento de valorização da cultura alemã, enquanto ufanismo. Para maiores informações, ver Giralda Seyferth.

Naturalmente, todos os vícios contrários ao ideal de uma boa conduta brasileira, mergulhadas em um tradicional estrangeirismo provenientes das elites e, não por menos, dos imigrantes. As camadas pensantes adeptas ao socialismo e ao comunismo deveriam ser combatidas pelas vontades dos situacionistas e, assim sendo, dentro de sala de aula, não haveria espaço para este tipo de ideologia, apenas a da formação nacional e nacionalista, portanto.

A fim de extirpar a mentalidade antinacional e a interferência comunista e de abrir espaço à reivindicação dos princípios cristãos, os padres do Ginásio também se aproximaram dos círculos operários e dos círculos de estudos da intelectualidade florianopolitana. (SOUZA, 2005, p.116)

A ação dos padres jesuítas assim, neste íterim está comprometida com a padronização de certo bem estar da política ideológica nacional, contudo, por mais que propusessem esta delimitação de nação¹⁹ ao povo de Florianópolis e de Santa Catarina, bem como assumissem que estariam comprometidos a ensinar aos seus estudantes os ensinamentos vinculados à História brasileira e Global, assim como os bons costumes brasileiros, vislumbrando-se também que, o olhar alemão, ao contar e valorizar sua própria história seria suprimido, em prol da versão nacionalista. Portanto, a partir desta constatação, segundo Souza (2005, p.116) eles seriam “arautos de uma política de nacionalização destinada a forjar uma sociedade una, ordeira e culturalmente homogênea.”

Passaram, assim, os estabelecimentos de ensino a serem fiscalizados, de fato, após a Reforma Francisco Campos e, com a popularização dos ginásios, ao passo que a política social do governo avançava²⁰. Em 1942, surge outra reforma a chamada Lei Orgânica de 1942 ou Reforma Gustavo Capanema visava uma adequação do currículo escolar, para melhor conferir qualidade de ensino aos estudantes.

A intervenção do Estado brasileiro nas escolas primárias e nos Ginásios tornou-se um mecanismo poderoso de ação social, pois, interferindo e dominando as ações escolares, bem como a política de ensino, o Estado e toda a sua maquinaria ideológica conseguiria atravessar o modo de viver dos imigrantes e ditaria, a partir disto, o seu modo de viver e de pensar sobre as questões nacionais.

¹⁹ A alcunha proposta era a de que eram e defendiam os princípios do Nacionalismo e, sobretudo, a pátria mãe ou por eles escolhida, o Brasil.

²⁰ O termo avançava aqui, não condiz com a proposição qualitativa e, sim, com a objetivação dos fatos que o governo estava proposto a mudar, elucidados anteriormente no presente trabalho.

Porém, esta análise para com o campo educacional, visto que era algo proposto pelo governo brasileiro, deveria ser estritamente cumprido pelos ginásios espalhados pelo território nacional. Assim, eram elaboradas vistorias de inspetores no ginásio catarinense de modo a verificar se a valorização da pátria acontecia no interior do colégio.

Contudo, como Souza (2005, p. 117) afirma “criavam-se lendas e fantasias”.

O cultivo das tradições germânicas [...] por parte de alguns padres também estaria a dificultar a obra de nacionalização. E mesmo assim, a ação de neutralização e determinantemente nacionalista da alta hierarquia católica catarinense não deveria ser abalada. O arcebispo metropolitano não hesitaria em reconduzir seus padres e suas paróquias estrangeiras a uma atitude de identificação e de respeito à pátria brasileira.

Há, nos entremeios da permanência do Ginásio Catarinense em Florianópolis, a acusação de três episódios²¹, elencados por Souza (2005, p. 118) que, enlaçam-se no campo educacional e que, posteriormente, seriam recontados aos estudantes como parte da própria história de Florianópolis.

Diante de uma ameaça que abalava os alicerces constituídos até então, os padres do Ginásio viam-se em uma situação conturbada, pois, mesmo aportados no Brasil, ainda tinham suas raízes germânicas e eram reconhecidos como tais. Assim,

Por tudo isso, os padres do Ginásio Catarinense, apresentando-se também como responsáveis pela execução desse projeto nacional, viam-se numa situação contraditória. Todos eram germânicos ou de descendência germânica. Tal quadro ensejava, no mínimo, segundo seus adversários, dúvidas quanto à sua real identificação com os princípios de brasilidade. [...] Os padres revestiam-se da máxima prudência, mas não lhes foi possível escapar às imagens veiculadas de antinacionais. Por mais que se mostrassem vinculados aos interesses da política nacionalista, eram identificados amiúde como abnegados defensores do germanismo. (SOUZA, 2005, p. 118)

Mesmo os padres alemães, ao problematizarem a História aos seus estudantes, sentiam-se no dever de contornar as fronteiras propostas pela reforma ideológica nacional e, fortalecer, mesmo que intuitivamente, os laços da cultura

²¹ O primeiro remete-se ao Arsenal de Guerra que supostamente estaria escondido no Ginásio Catarinense. Já o segundo episódio remetia aos espões nazistas no Colégio e, por fim, o terceiro episódio é o do padre-quinta coluna e general nazista que estariam no Colégio.

germânica em suas aulas. Porém, o que se via fora do Ginásio, era um clima exaustivo e deveras árduo, identificando até mesmo os estudantes como membros da quinta-coluna²².

O caso eloquente mencionado por Souza (2005, p. 118), do arsenal supostamente encontrado na chácara dos padres, localizada no Córrego Grande, estremeceu as relações do colégio com o povo aumentando os casos de perseguições e insultos contra os padres proferidos pela da população. A posição governista, de apreender objetos suspeitos na chácara dos padres, incitando uma revolta popular, foi compreendida pelo próprio padre-geral a partir de três hipóteses, tais quais enumera Souza (2005, p. 119)

[...] Uma primeira teria sido a denúncia de um dos moradores da vizinhança alegando haver um arsenal de guerra na chácara, razão pela qual teria que ser investigada logo, já que o Brasil estava em guerra; a outra causa era motivada pelo passeio de um padre aos morros das redondezas – ele estaria dando, segundo informações bastante desencontradas, sinais para os submarinos alemães; e uma terceira causa foram os tiros que o irmão disparava de vez em quando contra as ondas de passarinhos esfomeados que vinham atacar o arroz recém-plantado.

Já no dia 19 de setembro de 1941, um pouco antes do fato supracitado, ocorrera próxima ao horário do almoço e, motivada por denúncias populares, uma inspeção urgente do capitão Mendes, segundo Souza (2005, p. 120) e mais dois oficiais de polícia, a fim de encontrar possíveis espões no Ginásio. A principal suspeita? Um radiotransmissor de informações confidenciais brasileiras à Alemanha, disposto a auxiliar os submarinos alemães em águas brasileiras.

A polícia nunca suspeitaria do Ginásio Catarinense se certos alunos não tivessem levado queixa de que havia uma estação de radiotransmissão nos fundos de um prédio do colégio. Segundo o secretário de segurança pública, a acusação estava arquivada, mas para o bom nome do estabelecimento seria preciso que uma verificação atestasse a não existência de tal estação. Toda a investigação foi feita e os policiais, realmente, nada encontraram. (SOUZA, 2005. P.120)

Destes dois últimos episódios, não ocorreram significativas transformações no *status quo* do ginásio. Porém, ao analisar-se o terceiro e último

²² Ao mencionar o termo quinta-coluna, faz-se menção a um grupo de espões que verificavam a produção intelecto-bélico-cultural que um determinado país elaborava e, tecia relatórios ao seu país de origem.

grande caso, leva-se a crer na ocorrência de uma insurreição ativa contra este estabelecimento de ensino.

Como afirma Bartolomeu Meliá:

Os padres jesuítas alemães, desde o momento de sua chegada, foram vistos com desconfiança, pois ao saírem da Alemanha Bismarkiana, deixaram o legado de sua rigidez educacional. Porém, ao chegarem no Brasil, encaixaram-se no regime político vivenciado, optando pelo viés político e promovendo os ideais católicos aos seus estudantes, por meio da adequação da Ratio Studiorum. Contudo, aliado ao clima de contestação dos trabalhos dos jesuítas no Ginásio Catarinense, os padres foram acusados de crimes contra a nação, tais como fornecimento de informações geográficas e militares aos alemães, por meio de rádio²³.

Trata-se da luta contra a opinião popular, evidenciada na luta dos contrários à posição que o ginásio assumia ante as suas acusações, previamente demonstradas, nos dois casos anteriores.

Ao final do dia de 24 de agosto, próximo ao aniversário do colégio, de 35 anos, alguns estudantes, secretário de segurança pública e até o padre-prefeito do Ginásio, entremearam-se em uma batalha argumentativa e ácida contra os populares. O principal alvo era o próprio padre-prefeito, José Kessler. Seu crime: ser antinacionalista.

Acrescente-se que, mesmo seguindo oficialmente à risca toda a programática nacional no que tange à ideologia nacionalista do governo Vargas, atribuindo aos estudantes a base educacional necessária para desempenharem funções sistemáticas no cenário catarinense e nacional, a população, orientada por contrários à permanência do Ginásio em Florianópolis, tentara desvincular a ideia de centro de excelência educacional da fomentação da ideologia nacional varguista e da relevância que o ensino neste Ginásio teve para a formação de cidadãos capazes e aptos a problematizarem sua realidade e afirmarem-se ante a população de uma maneira geral. A questão chave para a ocorrência desta suspeita pela população era, sobretudo, a descendência dos padres e dos leigos que trabalhavam no Ginásio. Ao passo que eram descendentes de alemães, como poderiam afirmar seu compromisso com a noção de nação soberana que se criara cerca de dez anos antes?

²³ Informação fornecida no Seminário 100 anos de Egon Schaden, em 26 de julho de 2013, na cidade de São Bonifácio.

Com muitas transformações historiográficas e históricas ocorrentes neste ínterim, tais como o início da Segunda Guerra Mundial e a tripolarização do mundo em Capitalistas-liberais, Socialistas e o Nazi-fascismo, cuja figura autoritária dos líderes nacionais vigorava. Cabe afirmar ainda que muitas das revoltas foram guiadas por uma influência indireta do catolicismo²⁴, cuja figura central da Igreja, o Papa Pio XII, condenara o Nazismo, em 1937. Assim, todas as premissas assumidas pelos insatisfeitos com o Ginásio e, até mesmo os duvidosos da idoneidade desta instituição de ensino, colocavam em xeque os valores educacionais nacionalistas construídos até então. Outra figura também evidenciada é a dos próprios estudantes que, alheios às informações que chegavam até eles, desconfiavam da segurança dentro dos portões do Ginásio. Sendo e desconfiando que fossem objetos de uma resistência cultural alemã e valorização de um regime além mar²⁵.

Na cidade corriam os mais diversos boatos: que o padre José era um general Nazista; que pisara com os pés a fita com as cores nacionais; que mandara um aluno escrever quinhentas vezes 'Juro por Deus que nunca mais usarei a palavra VITÓRIA'. Cartazes fixados incitavam o povo a ir ao Ginásio e desnazificá-lo. Num café, estavam a redigir um telegrama ao interventor pedindo a expulsão do padre nazista do Ginásio Catarinense. Segundo o diretor, o que houve foi um 'simples acidente colegial', o qual tomou proporções inesperadas. Um aluno exibiu-se com o fardamento do colégio alterado. Colocara simplesmente sobre o casquete um grande 'V', o 'V' da VITÓRIA, palavra então obrigatória a todo patriota. Quando o menino apareceu assim no pátio, o prefeito pediu que tirasse a fita do casquete, pois, segundo argumentava, o regulamento vedava alterar o fardamento. O jovem aluno não quis sujeitar-se às ordens do padre e, então, esse mesmo arrancou a fita em forma de V e a jogou no chão. O aluno ainda resmungou e o padre José o prendeu até a tarde e fê-lo escrever umas tantas vezes a palavra 'vitória'. (SOUZA, 2005. P. 123)

Durante o Estado-Novo²⁶, por se tratar de uma ditadura, não havia espaço para que os imigrantes fixassem seus preceitos culturais, ou seja, estes teriam que adequar-se aos indicativos ideológicos produzidos pela cúpula governista de Vargas, no tocante ao Nacionalismo. Portanto, cabe afirmar ainda que, com esta prerrogativa, Vargas centraliza ainda mais o poder em suas mãos e, desferiu um golpe capital à riqueza cultural brasileira e, sobretudo, findam-se os ideais de reciprocidade e harmonização do povo brasileiro.

²⁴ Ao passo que, indiretamente e de forma oficial, Vargas associa e alia-se à Igreja Católica, no início de seu Governo, para promover uma mudança sólida e harmoniosa do imaginário popular, de modo que este choque de culturas transformasse-se em uma cultura maior: a nacional.

²⁵ Neste caso, o regime citado é o Nacional-Socialismo.

²⁶ Período correspondente a um novo golpe de Estado de Vargas, recorrente à adoção de uma ditadura, compreendida entre 1937 e 1945.

Na ânsia de ver rapidamente generalizando o uso da língua nacional, a fiscalização atingiu a organização e o funcionamento das escolas de forma detalhada. Os programas de ensino foram reorganizados, com a obrigatoriedade do ensino das línguas portuguesa, francesa, inglesa e latina, mas com o ensino facultativo do alemão em apenas uma das séries do ensino secundário. [...] A campanha nacionalizadora de Nereu Ramos fixou-se no espaço da sala de aula, revelando um esforço em intervir na prática cotidiana do professor com os alunos no que se referia não só aos conteúdos ministrados, mas também à forma como eram transmitidos, nas atividades desenvolvidas e na disciplina escolar. (CAMPOS, 2006, p. 106)

Eram, pois, tempos de caça a todos contrários às orientações nacionais, desde comunistas, acusados de tentar realizar uma intentona em 1935, até os imigrantes, especialmente ítalo-germânicos, acusados de atuarem contra a pátria. No Ginásio Catarinense, deveria ser ensinado aos estudantes que, o perigo alemão era eminente e que tudo deveria ser feito para eliminar este mal²⁷ que assolava a população, conforme Souza (2005, p.124) afirma.

Porém, qual era a procedência que se utilizava para suprimir isto?

De imediato, para livrar-se de qualquer imagem negativa, rancor manifesto ou antipatia popular, tomavam [os padres] medidas até certo ponto exageradas e extravagantes. Fato noticioso, por exemplo, foi a participação de seis padres do Ginásio no desfile do dia da Bandeira em 1939. Ao tomarem parte da marcha, pretendiam tão-somente, conforme declararam ao jornal A Gazeta, 'cumprir o dever de reservistas do glorioso exército nacional, lembrando dos heroicos feitos de Anchieta e mais sacerdotes coirmãos da ordem, que ombro a ombro com os soldados ajudaram a defender a pátria brasileira²⁸!' Alguns dias antes, o articulista do referido jornal escrevera que 'a Igreja Católica e o clero brasileiro estavam sempre ao lado da pátria, para promover-lhe a sua grandeza e a sua prosperidade²⁹.' Todavia, todo gesto patriótico motivou a chacota e a vaia por parte de alguns xenófobos contrariados. (SOUZA, 2005, p. 124)

Mergulhados em uma concepção cientificista, positivista e racional da realidade, os intelectuais responsáveis por uma reprodução do nacionalismo brasileiro, em Santa Catarina, cultivavam o sentimento antinazista e, estudavam um modo de intervir nas comunidades alemãs, desconstituindo sua nacionalidade. Porém, era de igual conhecimento que, ao passo que produzissem os imigrantes alemães uma valorização cultural por meio do *Deutschtum*, tinham também

²⁷ À acepção do mal aqui, encarna-se a figura do estrangeiro, ou daquele que fosse contrário as premissas governistas.

²⁸ Conforme o Jornal A Gazeta referenciou em 26 de novembro de 1939, em seu artigo: Em nome de todos os Sacerdotes.

²⁹ Termo derivado do artigo "Pobres de espírito", escrito no jornal A Gazeta, em 21 de novembro de 1939.

inigualável apreço ao trabalho, sendo incomparavelmente produtivos para o modo de industrialização brasileiro. Portanto, alguns atributos deveriam ser dispensados e outros conservados, de modo a apropriar-se da cultura do estrangeiro, tornando-o brasileiro em sua cultura, e servil à pátria pelo seu trabalho.

Portanto, cabe afirmar que os núcleos de origem estrangeira que não se adequassem ao padrão imposto por Vargas seriam tangidos pelas represálias³⁰ pertinentes ao processo nacionalizador, o que incutiria no ideário comunal dos próprios imigrantes o nacionalismo. Às cidades com menor densidade populacional de imigrantes alemães, tais como Palhoça e São José, periféricas à capital do Estado e até mesmo São Pedro de Alcântara, a vigília encontrava-se redobrada a fim de combater a autossuficiência e eficiência que os núcleos, ao instalarem-se em locais preditos pelo governo, organizaram com seus costumes comparados aos da pátria mãe e mantiveram-se autonomamente em relação aos outros povoados já abrasileirados.

As escolas tomam caráter fundamental neste pensamento, pois ali se encontravam os futuros trabalhadores e pensadores da sociedade. Conseqüentemente, aliar estes estudantes aos preceitos nacionalistas seria de grande auxílio sob a ótica de consolidar a ordem e o desenvolvimento do Brasil.

No cenário do Ginásio Catarinense, a nova elite pensante, que ali era formada, ano após ano, deveria cumprir seu papel social, capaz de alicerçar estes preceitos, consolidando o papel³¹ que se esperava do cidadão catarinense.

³⁰ A tais represálias, vincula-se a perseguição, apresamento de imigrantes que falassem suas línguas vernáculas, seja na esfera pública ou privada, e a profecia de atividades advindos da cultura de origem, sendo esta não condizente ao idioma oficial brasileiro.

³¹ A este papel vincula-se a ordenação, organização e refutação de todo e qualquer objetivo contrário aos interesses patrióticos.

2 VARGAS E O ESTADO NOVO: CONSEQUENCIAS PARA O GINÁSIO CATARINENSE

Após a instauração do Estado Novo, por meio de um golpe militar e paramilitar, aos 10 dias de Novembro de 1937, temia-se uma nova revolução dos esquerdistas e direitistas alheios ao governo Vargas. Porém, o presidente, previamente empossado, alicerçou e estreitou ainda mais o cerco contrário às minorias e opositores de seu governo, tais como camponeses e socialistas. Para tanto, aliou-se fortemente à Igreja Católica e a fez parceira de seu governo, subsidiando a passividade necessária ao povo, impondo ideologicamente que todos deveriam unir-se em prol de uma nação fortalecida e que caminhasse rumo ao futuro. Porém, que futuro seria este? Onde a educação pode se alinhar na construção de um país melhor que possibilite uma melhora social?

Aos camponeses, nada. Interessava a Vargas riscar o passado outrora dominante no Brasil e impor, por meio de políticas e leis³² o cerco aos trabalhadores do campo, que rumassem às cidades, em busca de novos e “modernos”³³ empregos nas fábricas como proletários e que recebessem seus salários de maneira a conseguirem promover o sustento próprio e de sua família.

A educação também está embutida neste viés, pois contribuiria com as mudanças sociais e ideológicas. Sobretudo, foi nesta esfera que Vargas buscou afirmar seu argumento, conforme o artigo 166/37³⁴ da Constituição Federal de 1937 para a grandiosidade do Brasil ante ao novo mundo que estava surgindo com a ascensão de regimes totalitários na Europa, tais como os diversos Fascismos.

³² A constituição brasileira de 1937, outorgada pelo Governo de Getúlio Vargas, aproximava-se muito da constituição polonesa, motivo este cujo foi apelidada de “Polaca”. Tal Constituição valorizava o trabalho do operariado, em detrimento do trabalho no campo, o que proporcionou uma demanda acirrada nas fábricas, atribuído a uma perspectiva de melhoria das condições de vida.

³³ Utiliza-se aqui o termo moderno como premissa para uma aliança à industrialização inicial no Brasil, durante a década de 1930.

³⁴ Artigo 166 - Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existências de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do País, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência.

Desde que se torne necessário o emprego das forças armadas para a defesa do Estado, o Presidente da República declarará em todo o território nacional ou em parte dele, o estado de guerra.

Parágrafo único - Para nenhum desses atos será necessária a autorização do Parlamento nacional, nem este poderá suspender o estado de emergência ou o estado de guerra declarado pelo Presidente da República.

2.1 Agora, o cenário educacional solicitava um grandioso Colégio: o Colégio Catarinense.

Ao passo das novas premissas educacionais propostas desde 1932, o governo brasileiro manteve-se forte em sua proposta de alicerçar as bases da Educação e valorizar a moralidade e os bons costumes, além da preservação da pátria *mater*³⁵. A estes bons costumes, deve-se propor nas escolas autores nacionais, como Souza (2005, p.133) coloca:

Para o arcebispo de Florianópolis, a natureza da instrução escolar, semelhante às disposições do governo Federal, deveria levar em conta o ensino pátrio com a adoção de autores nacionais; e o ensino moral, delimitado pelos princípios cristãos. A educação escolar seria o componente primordial do progresso social, a base sob a qual uma civilização poderia assentar-se e identifica-se culturalmente. Estimulada por um forte nacionalismo, a instrução deveria trilhar os 'caminhos gloriosos' da História e da Língua Nacional, onde se ensinaria às crianças e à mocidade, mesmo aqueles de origem estrangeira, o afeto pela pátria brasileira. (SOUZA, 2005, p. 133)

Este afeto deveria manter uma correlação com a segurança nacional ante aos perigos comunistas e a vigilância com o irmão brasileiro. Deste modo, o brasileiro deveria estar apto, ideologicamente, a combater tudo o que fosse contrário ao regime imposto por Vargas. Pormenoriza-se assim a Educação como mecanismo de difusão de massa, pois, educando-se, ou moldando (formando) os jovens brasileiros ante as premissas varguistas, se reproduz estes ideais de maneira eficiente.

Em uma tentativa de promover a emancipação ideológica do regime, o governo brasileiro, por meio de seu ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 1942, instaura a chamada Lei Orgânica ou Reforma Gustavo Capanema, de modo a elevar os Ginásios de Ensino Secundário brasileiros ao grau de Colégios e, deste modo, a padronizar o nível de ensino aos moldes do Colégio Pedro II, Colégio modelo da então Capital³⁶ do Brasil.

³⁵ Pátria Mãe - Brasil

³⁶ O Colégio Pedro II, famoso por ser um centro de Excelência educacional, desde o Império, torna-se ponto de apoio educacional do governo Getúlio Vargas, modelando a qualidade de ensino e direcionando os caminhos qualitativos da educação à todos os outros Ginásios Nacionais, por meio da Reforma Gustavo Capanema.

[...] a Lei Orgânica de ensino secundário do ministro Gustavo Capanema, promulgada em 9 de abril de 1942, representou consubstancialmente os ideais de nacionalização do ensino. A finalidade era adaptar o jovem às exigências do Estado nacional. Os conteúdos escolares deveriam reforçar a identidade nacional: sua literatura, sua história, seu território, sua natureza. Os compêndios escolares a serem adotados deveriam ajudar na seleção desses conteúdos, apresentando-se tão-somente o que era desejado e naturalizando o que era inventado. Na visão do ministro [Gustavo Capanema], o ensino secundário deveria dar os elementos essenciais da educação patriótica e preparar a mocidade para conduzir a nação dentro dos propósitos nacionais. (SOUZA, 2005, p.139)

Portanto, era imprescindível que se escolhesse um nome para a tão sonhada equiparação, acompanhada de perto pelos padres do Colégio. Era o tão sonhado ingresso nos padrões de brasilidade propostos desde 1930 pelos governistas. Deste modo,

Em telegrama do dia 28 de novembro daquele ano, o chefe do gabinete do Ministro da Educação e Saúde, o poeta Carlos Drummond de Andrade, solicitava informação urgente sobre o nome completo que desejaria ter o estabelecimento como colégio. O nome foi enviado e em 6 de janeiro de 1943, pelo Decreto-lei nº 11.235, o Presidente da república, Getúlio Vargas, autorizava o Ginásio a funcionar como colégio e decretava que a denominação do estabelecimento secundário, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, passasse a ser Colégio Catarinense. (SOUZA, 2005, p. 140)

Porém, em detrimento desta euforia proporcionada pelo enquadramento aos nacionalismos propostos e em vigência, na esfera moral³⁷ florianopolitana e catarinense, o governo brasileiro fez algumas exigências de modo a garantir a permanência de sua ideologia ante a proposta de equiparação nacional dos Ginásios e Colégios.

Por razões fortemente nacionalistas – tencionadas pela Segunda Guerra Mundial -, a língua alemã como disciplina facultativa foi excluída do novo currículo e as disciplinas de História e Geografia foram divididas, deixando espaço específico para História do Brasil e Geografia do Brasil, como previa a reforma Capanema (1942). (SOUZA, 2005, p. 140)

Abaixo, segue a imagem extraída dos anais do já Colégio Catarinense, evidenciando a primeira turma atendida aos moldes nacionalistas. Nota-se o olhar atento do padre que organizara os movimentos dos alunos para a fotografia, certificando-se que a propaganda que seria feita garantiria a hombridade e eficiência do sistema de ordem imposto.

³⁷ Refletindo-se assim, para a população florianopolitana e catarinense, e, também, na imagem de um centro de excelência aos moldes do governo brasileiro.

Imagem 2: 1º Ano Científico de 1943



Fonte: GINÁSIO..., 1943.

Deve-se salientar a ordem preestabelecida e a rigorosidade imposta por este regime que, antes de tudo, preserva veementemente a moral e os bons costumes aliados à ordem e progresso brasileiros. Formando-se cidadãos capazes de serem ordeiros e aptos ao trabalho e ao pensamento em prol da construção de uma pátria saudável, tão logo nosso país galgaria os ares das grandes nações.

Fora os conteúdos ministrados, ainda se mantinham tradicionalmente as apresentações teatrais, os estudos de canto, música e oratória, as festas, as cerimônias e as paradas cívico-religiosas. Todos esses momentos tinham os mesmos ingredientes motivadores: a exaltação do Brasil, o respeito à família e o amor a Deus! (SOUZA, 2005, P.141)

Ao lado disto, a presença de um projeto regulador da vida dos jovens estudantes do Ginásio de outrora. Corpos esbeltos e mentes sadias eram o que se almejava para que estes mesmos jovens pudessem contribuir e elevar ainda mais o nome do colégio para a sociedade: deveriam servir de exemplo para esta.

A nova geração que se queria vinha, portanto, vinculada a essa consciência moral e patriótica, engajada na proliferação dos ideais cristãos e orientada para a defesa dos valores morais em todos os meios sociais e profissionais. Essa nova geração não se identificava com uma 'raça específica', mas com uma 'raça' que traria consigo o vigor de espírito, a firmeza da vontade, a luz da inteligência, a boa saúde e o amor ao trabalho e que, por isso melhor, se

construiria dentro dos imperativos católicos e nacionais. (SOUZA, 2005, P.142)

Para tanto, ressalta-se ainda a prospecção³⁸ gerada no ambiente escolar de modo a doutrinar os alunos para os rumos que a nação desenhava. Peremptoriamente, após o ano de 1939, os ares da guerra causavam a todos os integrantes do até então *Gymnásio Catharinense* a euforia dos novos tempos. Porém, a exaltação à pátria e a aceitação dos valores varguistas foram incrementados pelo corpo docente, segundo o relatório do *Gymnásio Catharinense* (1939, p. 60)

Como poderia faltar, num educandário, instituição tão eminentemente patriótica? Como poderia o nobre joven brasileiro deixar de moldar seu caráter e todo o seu ser segundo princípios tão seguros e tão benéficos como os do Apostolado da Oração? Por tais e tantos motivos sacrificamos, nos dias estabelecidos, meia hora de estudo livre para assistirmos às reuniões desta associação. Por isto, nas maiores festas patrióticas, oferecemos a s. Missa e s. Comunhão pela estremecida Pátria. Por isto rezamos tantas vezes, no fim da Missa, pelo Brasil e sua prosperidade.

Não obstante, tal regozijo em valorizar as premissas patrióticas demonstrava-se em uma cessão de direitos estabelecidos pela própria União, em prol da Igreja. E não haveria maneira de sê-lo de maneira diferenciada, visto que Vargas necessitava do apoio desta instituição para alicerçar seu poder e estender sua influência em um país que atravessava uma de suas maiores crises políticas desde a implantação da República.

Complementando,

Com as reformas educacionais de Gustavo Capanema (1942), obrigou os jesuítas a alterarem o seu discurso. Mesmo que a sua pastoral não se adequasse às exigências políticas da época (autoritária e agressiva), o bispo orientou a uma estratégia de “sobrevivência” às pastorais: Era preciso ceder, porém, não totalmente. Evidentemente era uma estratégia de adaptação aos novos tempos³⁹.

A igreja, conforme demonstrado, suplantou algumas reivindicações ao Governo em troca de favores políticos. Em 1939, de acordo com o relatório do *Gymnásio Catharinense* (1939, p.52) houve a semana missionária, na qual os

³⁸ Utiliza-se a palavra acima citada no sentido de possibilidade, devir.

³⁹ Idem 2.

educandos desta própria instituição fizeram-se presentes, de modo a reafirmar os laços da cúria florianopolitana com o governo.

Imagem 3: Homenagem à Pátria e aos Jesuítas - Evangelizadores do Norte ao Sul do País



Fonte: GINÁSIO..., 1939.

Ao analisar-se a imagem, torna-se evidente a participação político-religiosa na vida dos educandos do Ginásio Catarinense, em face da valorosa frase imposta acima: “São figuras heróicas da nacionalidade Anchieta e os Jesuítas, evangelizadores do norte e do sul”.

O discurso público tornara-se cada vez mais pormenorizado, influenciado na troca de gentilezas advindas de ambos os lados, tanto dos ex-alunos da instituição, quanto dos próprios membros do Ginásio. No mesmo relatório (1939, p. 52), encontra-se explícitos agradecimentos ao Sr. Interventor Federal do Estado⁴⁰ e ao Exmo. Sr. Antenor Moraes, à época inspetor federal do Ginásio Catarinense.

2.2 Para atender um novo público, são necessárias reformas. E urgente!

Ao passo que as transformações no país aconteciam, necessitava-se de melhorias na estrutura do próprio Ginásio, bem como de melhorias em seu acervo bibliográfico e museu. Para tanto, as demandas por novas manifestações públicas de aceitação da proposta nacional preparariam campo para possíveis investimentos

⁴⁰ À época, o Interventor Federal do Estado era Nereu Ramos.

futuros. E, investindo na qualidade dos aposentos, geraria frutos de altíssima qualidade para as novas gerações da elite Florianopolitana e Catarinense. Assim, segundo o relatório do Ginásio Catarinense (1939, p. 50), na sessão de “Melhoramentos e donativos”,

Para a nova geração será de interesse ouvir a história do prédio escolar, que neste ano terminamos. Em 1923 construíram-se a cozinha, a copa, a padaria e o refeitório, em 1924 surgiu a ala leste, em 1924-26 o lanço central, acrescentando dois andares sobre o refeitório. O Relatório de 1926 termina a descrição do prédio com esta observação: Embora já estejam quasi prontos os tijolos para a quarta ala, a segunda lateral, todavia parecia de bom aviso fazer-se uma pausa de alguns anos na obra, para que houvesse o necessário descanso e sossego, e a burra do estabelecimento cobrasse um pouco de alento. Ninguém naquele tempo teria pensado que apenas 12 anos depois esta segunda ala lateral havia de ser feita. Foi começada em novembro de 1938 e terminada em setembro de 1939 sob a direção competente e enérgica do engenheiro construtor Sr. Tom T. Wildi. Felizmente nenhum acidente de caráter grave se registrou.

Para tanto, novas alas surgiriam de acordo com a necessidade de ampliação e bem estar dos internos, aprimorando os cômodos e restaurando os de outrora. Como bem demonstra, o Relatório do Ginásio Catarinense, em 1939, as obras das galerias inferiores da parte interna do edifício foram finalizadas. Conforme consta no Relatório do Ginásio Catarinense (1939, p.50)

A nova construção mede 12 x 33 metros e acompanha as linhas arquitetônicas do plano original, aproveitando na execução processos mais modernos. As grandes galerias interiores atravessam a ala toda dando acesso no andar térreo de um lado ao quarto do Prefeito Geral, a uma sala de material escolar e à sala de conferência dos professores; do outro lado, a repartição da Química, que abrange o gabinete do professor, a aula (8x11 m.), o laboratório dos alunos (7x8 m.), e a câmara para a conservação das substâncias químicas. A aula e o laboratório têm ‘capela’ para experiências com gases nocivos, pesados e leves. No primeiro andar deparamos da banda do galpão com a aula de História Natural (12 x 7,5 m.), com a instalação para projeções, e um gabinete para os preparativos do professor; para o lado sul a física, que consta do museu (6 x 11 m.) da aula em anfiteatro com acesso por uma galeria aberta, do gabinete do professor, sua oficina e o gabinete fotográfico.

Imagem 4: Sala de aula de História Natural



Aula de História Natural.

Fonte: GINÁSIO..., 1939.

Notadamente, ter uma sala de aula com projeções poderia levar os educandos a aspirar conhecimentos antes distantes e que, com a utilização de novas tecnologias se tornariam palpáveis para estes. Percebe-se ainda que, com o auxílio da imagem, há a presença de bancadas para uso duplo, o que contribuiria para o intermédio de informações por parte dos próprios educandos e o diálogo com o educador, de maneira a tornar-se um ambiente de aprendizagem digno dos grandes centros educacionais do país, contribuindo para a premissa política jesuítica prevista na *Ratio Studiorum*⁴¹.

Outras benfeitorias e melhorias da estrutura do Ginásio foram feitas de modo a garantir melhores condições de acesso aos aposentos bem como a estrutura interna do Ginásio, começando pelo Hall de acesso, donde os educandos passavam seus intervalos, confabulando e vivendo sua adolescência, nos idos de 1939. Deste modo, foram instalados novos bebedouros e um novo lance de

⁴¹ Ao analisar-se a *Ratio Studiorum*, cabe constatar que a educação toma o aspecto político e, doravante, o diálogo de maneira concisa entre os pares se faz pertinente, a fim de que haja a troca de conhecimentos.

escadas, levando até o primeiro andar da instituição e, isto tudo, próximo ao pátio interno.

Já o segundo andar, fora destinado para ser o dormitório para os internos. Assim, o dormitório fora dotado de aparelhos que pudessem proporcionar aos filhos da elite um conforto que possivelmente fazia com que lembrassem de casa e minimizasse os efeitos afetivo-sentimentais que um internato trazia. Portanto,

O segundo andar é todo ocupado por um dormitório dividido em duas partes. Sobre uma chapa de cimento armado (12 x 7,5m.) estão instaladas no meio duas fileiras duplas de lavatórios, pelas paredes os chuveiros e a instalação de lavar os pés. O espaço restante (12 x 25m.) destina-se às camas e ao bidês. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 50-51).

Ao finalizar o discurso de agradecimento pelas benfeitorias elaboradas ao longo do ano, o padre diretor profere as distintas palavras aos demais colaboradores para o engrandecimento do Ginásio.

Também desta vez como sempre foi valiosa a colaboração dos nossos Irmãos leigos, seja na confecção dos tijolos e no transporte do material, seja no revestimento das paredes e na confecção das portas internas e das janelas, produto todas elas da marcenaria do estabelecimento. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 51)

Ao passo que as adequações eram feitas, o colégio iria organizando-se para um novo momento educacional, para tanto, melhorias na biblioteca e museus eram necessárias.

2.2.1 As outras fontes de conhecimento: A biblioteca e o Museu.

Ao considerarmos que a Biblioteca do Ginásio, desde os mais áureos tempos, era frequentada pelos mais distintos educandos, esta teria que contemplar as mais diversas curiosidades, inteligências e animosidades. Para tanto, doações eram muito bem aceitas e mereciam, posteriormente, agradecimentos no já tão conhecido Relatório do Ginásio Catarinense. Um dos anos, durante o Estado Novo varguista, que o Ginásio mais angariou livros de diversas áreas de conhecimento, foi o ano de 1939. Segundo consta, o padre-diretor dispõe desta maneira as congratulações, ao final daquele ano. Conforme consta nos Relatórios de Prefeito do Ginásio Catarinense (1939, 52-53),

Agradecemos a S. Excia. O Snr. Interventor Federal do Estado as valiosas ofertas à biblioteca do Ginásio: Relatório de 1939; A Obra nacionalizadora do Estado Novo e o Discurso pronunciado por Sua Excia. Como paraninfo da 1ª. Turma de vocacionalistas do Instituto de Educação de Florianópolis em 10 de dezembro de 1938, bem como a obra de Leoncio Correia sobre o 15 de Novembro de 1889.

Ao Dr. Ivo d'Aquino, Secretário de Estado do Interior e Justiça: três discursos.

O Exmo. Snr. Antenor Moraes presentiu-nos com a preciosa obra histórica: Viagem de um peregrino a Jerusalém e aos lugares santos em 1817 – Editado em Lisboa em 1822.

Para garantir um acervo de qualidade inquestionável, o objetivo desta biblioteca era tornar-se uma das maiores da região. Assim sendo, as doações não paravam de chegar, conforme os registros que se encontram:

Registramos ainda gratos as seguintes ofertas:

Dr. Filinto Müller, Chefe de Polícia da Capital Federal: O novo Brasil por Avilmar Silva e a Carta de El-Rei D. Manuel em 1º de Maio de 1500 (Pedro Vaz de Caminha)

Do Snr. Inspetor I.S. Areão os artísticos quadros murais em que sintetizou a ascensão cultural e econômica de Santa Catarina.

Snr. Capitão Lima: Quadro do Duque de Caxias.

Departamento de Estatística do Estado: A Reserva Mineral do Estado. Publ. 3 vários comunicados. Brasil, News, may, 1939.

D.N.P. Rede Civilizadora – Algodão – Outras publicações. N. 74 – Elogio proletário do Dr. Getúlio Vargas – N. 75. A nova fisionomia administrativa e a uniformidade política do Brasil. N. 48 10 de novembro – N. 78. O Açúcar sob o governo de Getúlio Vargas.

Ministério da Agricultura: Publicações avulsas N. 1, 3, 41 Boletim, N. 37 código de águas. Utilização da Energia hidráulica no Brasil.

Da Imprensa Oficial de Santa Catarina: Relatório da assistência aos lázaros e defeza contra a lepra. Decreto-lei n. 238.

Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina: Publicações, N. 6, 8, 11, 12 – 10, 22, 5.

Instituto Brasileiro de geografia e estatística: Quadro dos municípios brasileiros.

P. Antônio Paulo Ciriaco Fernandes S.J.: Arquivo da Congregação Mariana da mocidade acadêmica (vol. 2) e Lembrança do III. Congresso Eucarístico Nacional. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 52-53)

Com a valorização da memória advinda dos anos de prática dos jesuítas no colégio, a criação de um museu pautado na História Natural e da História do mundo, contribuiu para que os educandos observassem, fora da sala de aula, as principais demonstrações que os educadores promoviam em sala. Porém, inicialmente, tratava-se de um museu pequeno, que foi crescendo paulatinamente, graças a contribuições e investimentos dos padres e da comunidade. Assim,

Registramos aqui os nomes dos generosos que contribuíram para o aumento do nosso Museu de História Natural e História. Exmo. Sr. Inspetor Antenor Moraes: 'HUM MIL-RÉIS' precioso mil réis do tempo de D. Pedro I. Dr. Ruy Moraes: Melárido amigdalóide de Iguassú, com inclusões de Delessita.

Dona Adélia Regis: Uma jaguatirica.

Sr. Lourenço Reinhardt: Um binóculo.

Sr. Angelo Medeiros, motorista da F.P.: Uma cobra cipó.

Sr. Gabriel Pisani: Um esfolado de Cachorro do Mato (Canis Thous).

Sr. Oto Osmar Machado: Barbatanas de baleia.

Srs. Homero Meirelles e Djalma Faraco: Moedas Brasileiras.

Anônimo: Muito preciosa coleção de moedas diversas de prata do tempo do domínio hespanhol, do tempo colonial, e do Império, como também de moedas estrangeiras. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 53-54)

A assistência da comunidade se tornara um fiel auxílio contra as desconfianças de todos os tipos, pois, com o investimento na educação e nos valores nacionais, qualquer acusação de antinacionalismo e de crimes contra a pátria seria invalidada, em face da agregação e o envolvimento da comunidade que auxiliava nos anos 1940. Pautado nesta premissa, e na rigidez que o ensino jesuíta dispunha, a estrutura não deveria servir apenas para o embelezamento e para o engrandecimento do ginásio, mas deveria servir para moldar o conhecimento dos próprios educandos, de modo a prover-lhes todos os tipos de dados científicos. Neste interím, há uma personalidade deveras importante na História do Ginásio e Colégio Catarinense, o reverendo padre Godofredo Schrader S.J. No início do ano de 1939, há a promoção de um curso de Química e Física elaborado pelo próprio Padre Schrader e que visava desmistificar os segredos do Universo, conforme o próprio relatório propunha.

Há animação na casa. Desta vez não são alunos externos ou internos, mas são irmãos da ordem que vem de todos os recantos do Brasil para tomar parte num curso de aperfeiçoamento de Física e Química, sob a autorizada direção do Padre Schrader. O estudo sério e prolongado é interrompido ritmicamente por passeios à Lagoa, ao mar grosso; outras vezes o caminhão nos levava a lugares mais distantes, Rancho Queimado, onde a hospitalidade do Sr. Sell, o ar puro serrano nos tonificaram os nervos cansados de tanto estudar. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 69)

A superioridade da determinação nacionalista dos jesuítas se tornava cada vez mais evidente, bem como a aceitação do público ante sua participação na educação da capital de Santa Catarina. Para tanto,

É de admirar com que presteza os candidatos se adaptam à legislação. Se no ano passado⁴² apenas um terço conseguiu nota 50 em Matemática, este ano são 2/3. Contudo, as reprovações definitivas aumentaram de 4 para 32; mas também na mesma escala diminuíram as reprovações no fim da 1ª série. Chamam a atenção as muitas notas insuficientes em Geografia e Ciências. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 9)

E no campo das matrículas,

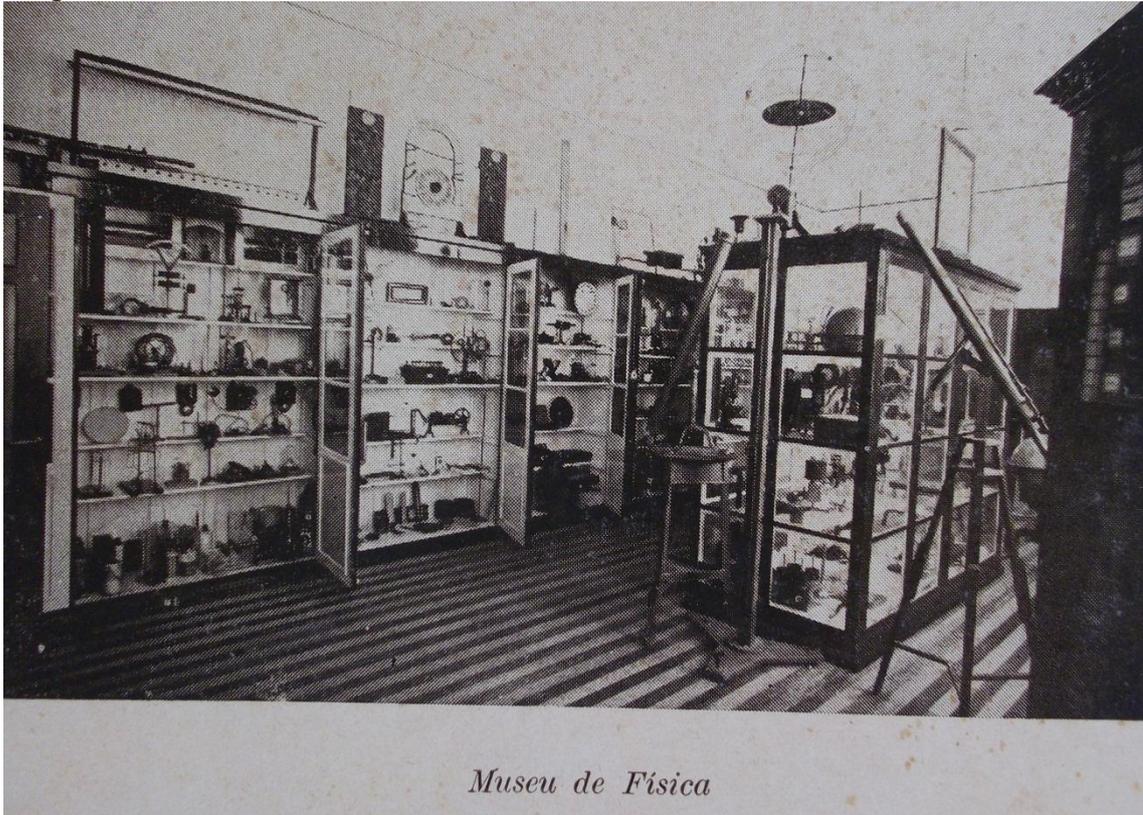
Nota-se a diminuição de 20 alunos do ano passado para este. São justamente os 20 alunos aos quais o rigor maior o exame de admissão não permitiu a entrada no Ginásio. Em compensação também o número dos que se retiraram durante o ano diminuiu por 14, o que indica maior constância e maior aproveitamento do trabalho escolar. (Relatório do Ginásio Catarinense, 1939, p. 10)

Para aliar aos grandes acontecimentos que surgiram neste ano, ainda houve a presença da semana missionária, fator agregador da Religião com o Estado brasileiro.

Na parte interna, referenciando e objetivando a análise qualitativa da educação, houve investimento em aquisições de novos livros e a reestruturação do laboratório de Física, adequando-o as novas exigências acadêmicas. Portanto, denota-se ainda assim, a elaboração de um museu de Física, já nas dependências do Ginásio, conforme demonstração a seguir, segundo o relatório do Prefeito do Ginásio Catarinense, em 1940:

⁴² É referido o ano de 1938.

Imagem 5: Museu de Física do Ginásio Catarinense, em 1940



Fonte: GINÁSIO..., 1940.

Acredita-se que, o crescimento do número de educandos no Ginásio, está aliado ao investimento da comunidade escolar. Para tanto, é reforçado, por vezes o vínculo que tal parcela do Colégio tem com o crescimento deste. Para tanto, se faz necessário o uso da propaganda nos relatórios⁴³ do Ginásio e do Colégio Catarinense. Tal estratégia se torna poderosa na comunidade bem como amplia sua aceitação, o que influi diretamente nas pretensões de crescimento do próprio Colégio.

Para tanto, utiliza-se a figura do homem público vindouro do Colégio, de forma efusiva no documento constitucionalista⁴⁴ de 1935, o correlaciona à excelência do até então Ginásio para a concretização do homem que guiará o futuro de sua comunidade, evidenciando os aspectos morais e éticos de uma sociedade em transformação.

⁴³ Como por exemplo, os relatórios do Ginásio Catarinense de 1931, 1939 e 1940, por exemplo, cujo enaltecem a figura dos homens públicos ex-alunos do Colégio.

⁴⁴ O documento é denominado como a Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina, de 1935, cujo participaram ex-alunos do Ginásio.

Na elaboração deste documento, foi mister a participação de ex-alunos do próprio Ginásio Catarinense, aqui sequenciados: Aderbal Ramos da Silva, Altamiro Lobo Guimarães, Cid Campos, Francisco Barreiros Filho, Henrique Rupp Junior, Manoel Pedro da Silveira, Marcos Konder, Plácido Olympio de Oliveira, Renato Medeiros Barbosa, Roberto Soares de Oliveira, Rogério Vieira e Sílvio Ferraro.

2.2.2. As autoridades da Assembléia Constituinte de 1935

Com o número crescente de autoridades que iniciam sua vida pública, o ginásio Catarinense apregoa a si a autoridade de valorizar cada vez mais o seu espaço com a excelência educacional e, afirmar isto junto a comunidade escolar. Deste modo, com a crescente e decisiva influência do Ginásio, se torna necessária a divulgação destes ares grandiosos que influenciam a vida cotidiana do Ginásio, nos meios de comunicação.

Assim, o Congresso do Estado é liderado pelos ex-alunos supracitados, que aparecem como os principais representantes do povo catarinense na defesa de seus direitos em uma pátria embebida pelas constantes transformações.

O Sr. Aderbal Ramos da Silva, o primeiro deles, fora eleito anos antes pelo P.L.C. (Partido Liberal Catarinense), o qual tinha como primeiro presidente Nereu Ramos, seu tio. É descendente de uma das mais tradicionais famílias catarinenses, sendo filho do Desembargador João Pedro da Silva e de Rachel Ramos da Silva, esta última filha de Carlos Hoepcke Júnior e neta de Carl Hoepcke⁴⁵. Aderbal iniciara sua vida política após bacharelar-se em humanidades no próprio *Gymnasio*, vai a capital federal⁴⁶ estudar Direito para, posteriormente, voltar a capital de Santa Catarina. De acordo com Congresso do Estado de Santa Catarina (1935)

Matriculou-se na faculdade de Direito, n'ella fez um curso brilhantíssimo, voltando, após collação de grão⁴⁷, á sua terra onde encontraria seus amigos conterraneos, com os quaes, iria trabalhar pela grandeza de Santa Catharina, cuja lembrança nunca lhe abandora o espírito, mesmo nas horas mais amargas de sua vida de estudante. [...] O Governo da União,

⁴⁵ Em referência aos ancestrais de Aderbal Ramos da Silva.

⁴⁶ A época a cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁷ A referida palavra condiz atualmente com "grau".

reconhecendo seu merito e valôr, nomeou-o Inspector Federal do Ensino, e, depois, designou-o Presidente da Comissão Mixta de Conciliação⁴⁸.

Já o segundo contribuinte, o distinto Sr. Altamiro Lobo Guimarães, filho nascido em Tubarão, tornou-se bacharel em humanidades ainda no *Gymnásio Catharinense*, para então, em 1916, graduar-se em *Sciencias e Letras*, com notas distintas.

O papel decisivo na educação destes, se fez conforme as premissas do regime varguista e afirmou seu cotidiano com os maiores balaústres da moralidade e da ética, em colaboração com o desenvolvimento nacional da época. Segundo o Congresso do Estado de Santa Catarina (1935)

Exerceu, após o advento da Revolução Outubrina, o alto cargo de membro do Conselho consultivo do Estado, tendo sido, em Agosto de 1933, elevado às altas funções de seu presidente, prêmio ao seu profícuo trabalho, preito a sua honorabilidade. [...] Na Revolução de 1930, a que deu todo o seu idealismo de moço ardoroso, tomou parte nas conspirações para o irrompimento do movimento, em Santa Catharina. Na de São Paulo (1932) fiel ao seu artido, que havia hypothecado solidariedade á Frente Única Rio Grandense do Sul, ficou com a causa constitucionalista, que era a causa do Brasil. Por isso foi preso e recolhido, com outros illustres e destemidos políticos, á Fortaleza de Anhatomirim, em Santa Catarina.

No entanto, o terceiro representante, chamado Cid Campos, teve seu nome referenciado não apenas por ser um hábil político, mas como uma personalidade que aliou seu aprendizado no *Gymnásio Catharinense* e no *Gymnasio* de N.S. Conceição, em São Leopoldo, graduando-se em 1916. Conforme consta em Congresso do Estado de Santa Catarina (1935)

Nas eleições de 14 de outubro de 1934, o mais brilhante pleito jamais ferido no Estado de Santa Catharina, o Dr. Cid Campos teve o seu nome suffragado pelo eleitorado do P.R.C.⁴⁹, em Colligação com a Legião Republicana e Partido Social Evolucionista, logrando figurar entre os 14 deputados eleitos sob a legenda: 'Por Santa Catharina'. Espírito gentil, temperamento feito de equilíbrio, caracter sem jaças, nome dos mais acatados na vida política catharinense, desfructa o Dr. Cid Campos de elevado e merecido conceito pelas suas qualidades de cidadão digno e capaz.

⁴⁸ As comissões mistas de Conciliação foram criadas por Vargas no ano de 1932 para contribuir com à estrutura burocrática e administrativa elaborada de modo a garantir a aplicação da Legislação trabalhista brasileira, que serviria, em 1943, para a criação da Consolidação das Leis trabalhistas, mais conhecida como C.L.T.

⁴⁹ P.R.C. é a sigla utilizada para Partido Republicano Catarinense.

Estabeleceu-se assim o mecanismo de elitização do *Gymnásio* ante a comunidade florianopolitana, seja por meio da educação, da política ou da propaganda.

Portanto, ao organizar a sociedade, eliminando os vícios extranacionais que outrora eram afirmados pelos imigrantes, gradativamente o *Gymnásio* colaborou para a autonomia da estrutura ideológica moral e ética, formando um cidadão capaz de atingir o que era esperado pelo regime no momento, um indivíduo ordeiro e disposto a contribuir para o progresso do país.

Esta afirmação fica evidenciada pela ampla gama de atributos cujo *Gymnásio* proporcionou à elite florianopolitana. Sejam escritores, juristas e advogados, médicos, cientistas sociais e até professores, todos estes contribuíram para o engrandecimento de Santa Catarina enquanto Estado da União, nos mais diferentes anos de suas atuações. Segundo consta em Congresso do Estado de Santa Catarina (1935)

Entre os valores da nova geração catharinense, o sr. Professor Francisco Barreiros Filho é um dos expoentes máximos. Figura de grande projecção intelectual, ele aparece na tribuna, no jornal e na cathedra, cercado de uma aureola luminosa de saber, que empresta rebrilho ao seu nome invejável. Vernaculista dos mais acatados, poeta e prosador, tribuno e jornalista, o professor Barreiros Filho reafirma sempre nas produções as facetas irisadas da sua inteligência privilegiada com o magico poder de fascinação. Quando veio do Gymnasio Catharinense, onde bacharelou-se em Sciencias e Lettras, trouxe do seu fulgurante tirocinio acadêmico, uma honrosa fé de officio de estudante, que soube honrar aquelle benemérito estabelecimento de ensino e as sabias licções dos seus mestres. [...] Victoriosa a Revolução, o sr. Barreiros Filho desempenhou o cargo de secretario particular do Interventor Federal. Espírito combativo e de acção destemerosa, foi um dos mais ardorosos pioneiros da cruzada revolucionária, filiando-se ao P.L.C., chefiado pelo eminente dr. Nerêu Ramos, seu grande amigo, e tendo redactoriado o jornal República, órgão d'aquella agremiação partidária. Incluindo o seu nome na chapa de deputados á Constituinte Estadual, o prof. Barreiros Filho incorporou-se ás caravanas liberaes a predicar, aqui, alli, por entre as hostes do seu Partido em preparo para a grande parada cívica, que jamais Santa Catharina registrou igual.

Outros políticos não estudaram no *Gymnásio*, porém, merecem grande destaque vide às contribuições ao avanço desta instituição no cenário catarinense. Com exceção de Altamiro Lobo Guimarães, que iniciou seus estudos ginasiais no *Gymnásio Catharinense*, e foi agraciado como presidente da mesa da Assembléia Constituinte em 1935, outros nomes foram referenciados como os primeiros deputados que prestigiaram a mesa da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina: Altamiro Lobo Guimarães, como presidente; 1º vice presidente: José

Severiano Maia; 2º Vice Presidente: Rodolpho Victor Gietzmann; 1º Secretário: Francisco Barreiros Filho e, por fim, o 2º Secretário: Sylvio Ferraro.

Os deputados que participaram, entretanto, desta formação da Assembléia Constitucional de 1935, contribuíram direta ou indiretamente para a construção da Reforma Gustavo Capanema, ocorrida anos mais tarde, em 1942, já no chamado Estado Novo, seja na ação política, seja na construção de leis que valorizassem os preceitos da almejada reforma. Para tanto, anteriormente, percebe-se a presença de outra reforma, elaborada a partir da assunção de Vargas no poder, a chamada Reforma Francisco Campos. De acordo com Santos (2007, p. 8)

Na década de 1930, a democracia lhe figurava como instância de gestação de regimes temerários; totalitários ou comunistas. A ação de força e de centralização do Estado seria empregada em nome da preservação da democracia, que como vinha sendo praticada em diversos países, apresentava-se como elemento desencadeador de regimes nefastos. Para Campos, "a crise do liberalismo no seio da democracia é que suscitou os regimes totalitários, e não estes aquela crise". Assim, em 1935 Campos retoma a noção de que o emprego da força centralizadora dar-se-ia em defesa e da preservação da própria democracia, tão afeita aos arroubos totalitários.

Assim, a Reforma Francisco Campos, ocorrida em 1931, celebrava a união entre os dogmas católicos e políticos nacionalistas que, paulatinamente, iam se consolidando em todo o território nacional. As aulas de alemão e italiano passariam a ser facultativas e o português, bem como os assuntos ligados à pátria e a nação brasileira, tornar-se-iam assuntos de extrema importância em todos os ginásios e colégios ligados à ordem nacional. Santos (2007, p. 12)

A deificação de Vargas como líder político, dotando-o de características extra-humanas, ancorou-se amplamente nos meios de comunicação. Não por acaso a máquina de propaganda varguista passou por importante fortalecimento a partir do golpe de 10 de novembro. A criação do DIP (Departamento de Propaganda e Imprensa) em 1939, como desdobramento e evolução de outros órgãos dedicados à comunicação, foi o ponto culminante desse processo, pelo grande relevo que a instituição assumiria nos quadros do Estado Novo dali por diante. Na medida em que o domínio dos meios de comunicação era componente de destaque na retórica política de Francisco Campos, não seria insensato supor que sua influência fora decisiva também nesta matéria, uma vez que o surgimento do DIP deu-se num momento em que seu campo de influência dentro do governo Vargas chegava ao limite máximo.

Para tanto, a deificação presente em torno do discurso e da figura pública de Vargas, bem como destes membros constituintes da Assembléia

Constitucionalista de 1935, corroboraram para a delimitação do caráter dos homens públicos em Florianópolis, que agora deveriam contribuir para os ideais nacionais, de modo a preservar os costumes e a moralidade comuns aos preceitos governistas.

Como afirma Treitschke *apud* Guibernau (1997, p. 16)

O indivíduo deve esquecer o próprio ego e sentir-se um membro do todo; deve reconhecer que sua vida não é nada em comparação com o bem-estar geral (...). O indivíduo deve sacrificar-se por uma comunidade superior à qual ele pertence; mas o estado é, por si mesmo, o mais alto na comunidade exterior dos homens.

E, novamente, o pressuposto teórico para a reivindicação e alicerçamento da doutrina Vargas deveria passar por outra grande reformulação educacional, de modo a compactuar com as exigências do governo e o combate às vicissitudes pragmatismo comunista. E essa grande mudança, necessariamente, perpassaria pela Educação. Assim, destarte, fora promulgada a Reforma Gustavo Capanema, de 1942. Peremptoriamente, antes da nomeada Reforma, fica evidenciado que, Gustavo Campos, o ideário da Reforma de 1931, preparou o campo para tal manifestação política em cenário nacional, pois:

Segundo Campos, a prática política contemporânea não poderia passar ao largo da constatação de que 'as massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática'. Para Campos, a adequação de qualquer regime à 'moderna sociedade de massa', dar-se-ia pela substituição do 'mito da nação' pelo mito do líder, apresentado como 'corporificação do seu povo' porque 'é uma parte desse povo'. Segundo ele, 'o mito na nação, que constituía o dogma central da teoria política (...) já se encontra abaixo da linha do horizonte enquanto assistimos à ascensão do mito solar da personalidade, em cuja máscara de Gorgona as massas procuram ler os decretos do destino'. Daí a exploração à exaustão da imagem de Vargas, exposta não apenas nas repartições públicas, mas nas paredes dos botequins e em casas de família. Em 1942, ornaria até mesmo as cédulas e moedas de Cruzeiro, marcando indelevelmente seu lugar no panteão de personalidades fundadoras da nacionalidade. Nesse sentido, as poderosas ações de difusão da imagem de Vargas encontraram nos textos de Francisco Campos fértil campo de teorização e reflexão. (SANTOS, 2007, P.10)

Assim, a questão do nacionalismo e patriotismo ficaria interligada a noção do líder enquanto sujeito promotor e guia do destino da própria nação. O Estado pretendido por Vargas deveria ter noções de grandeza moral e ética como sua própria política demonstrava, e estas esferas ética e morais estariam ligadas ao

comportamento das pessoas, contrárias ou não aos pressupostos doutrinários do Estado Novo.

2.2.3 No seio da Mudança: A Reforma Gustavo Capanema e a Educação como mecanismo de instauração da Ordem

Gustavo Capanema, homem forte da secção autoritária do governo Vargas durante o período do Estado Novo, foi o artífice de toda a transformação e consolidação educacional e ideológica que Getúlio almejava enquanto presidente da República. Durante a denominada 1ª Era Vargas, compreendida entre 1930 e 1945, Gustavo Capanema desempenhou funções correlacionadas à Educação, tendo mantido contato com a reforma de Francisco Campos, em 1931, já no período que Getúlio Vargas encontrava-se no poder.

Para tanto, ao passo da nacionalização das diversas culturas brasileiras, Gustavo Capanema previa um melhoramento na reforma Francisco Campos, donde os povos que residiam em solo brasileiro deveriam amalgamar seus costumes e ressignificá-los, paulatinamente, seguindo os ideais nacionais.

Assim como as palavras pátria e governo teriam para os imigrantes uma significação diferenciada da pretendida por Vargas, o estudo da língua e da História Nacional patriótica deveria ser apregoado nos colégios e ginásios e, concomitantemente, a Reforma Gustavo Capanema surge para consolidar estes ideais pretendidos.

Conforme consolida Hobsbawm (1990, p. 28)

Gobierno, o governo, não foi, portanto, ligado ao conceito de nación até 1884. Na verdade, como a filologia poderia sugerir, o primeiro significado da palavra 'nação' indica origem e descendência: 'naissance, extraction, rang' para citar um dicionário francês que cita a frase de Froissart, 'je fus retourné au pays de ma nation em la conté de Haynnau' (Eu retornei à terra de meu nascimento/origem no condado de Hainault). E na medida em que ligado a um território, esse corpo de homens apenas fortuitamente seria uma unidade política, e nunca muito grande. Para o dicionário espanhol de 1726 (primeira edição), a palavra pátria ou, no uso mais popular, tierra, 'a pátria', significava apenas 'o lugar, o município ou a terra onde se nascia', ou 'qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial ou Estado'. Este sentido estreito de pátria, que foi diferenciado do sentido lato do termo espanhol moderno como pátria chica, 'a pequena pátria', é bastante universal antes do século XIX, exceto entre as pessoas cultas com conhecimento da Roma antiga. Até 1884, a tierra não era vinculada a um

Estado; e até 1925 não ouvimos a nota emocional do patriotismo moderno, que define pátria como 'nossa própria nação, com a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozam da amável lealdade dos patriotas'.

Contudo, ao passo da intencionalidade de se promover o ideal nacionalista em meios educacionais, urgia a necessidade de se delimitar entre os estrangeiros a acepção da palavra nação.

Para Hobsbawm (1990, p. 29)

Nas línguas românicas, a palavra 'nação' é vernácula. Em outras línguas, quando é usada, é um empréstimo estrangeiro. Isso nos permite traçar as distinções no seu uso de modo mais claro. Assim, no alemão culto e no vulgar⁵¹, a palavra Volk (povo) tem hoje claramente as mesmas associações que as palavras derivadas de 'natio', mas essa interação é complexa. No alemão vulgar medieval, o termo (natie), quando usado – e pode-se pressupor, a partir de sua origem latina, que ele era dificilmente usado a não ser entre os literatos e pessoas de extração real, nobre ou senhorial -, não tem ainda a conotação de Volk, que foi adquirida apenas no século XVI. Como no francês medieval, significa nascimento ou grupo de descendência (Geschlecht).

De modo a evitar dissidências acerca das novas ideologias que se estabeleciam em solo brasileiro, a Constituição de 1937 se impõe sobre as outras leis regidas no Brasil até então. Consorte, outorga que mesmo sendo preparada desde os fins de 1936,

A constituição de 1937 é denominada de polaca. Seu autor principal é Francisco Campos, e fala-se que Vicente Ráo colabora em certas partes. As palavras polaca ou polonesa são expressões pejorativas usadas na época, pois grande número de prostitutas no Brasil são desta origem. É natural que a denominação tem sentido maior, e não só aquele. O outro significado é de que um dos modelos de Francisco Campos é a Constituição Polonesa de Pilsudski, de origem totalitária e fascista. Também a Constituição de 1937 beneficia-se de muitos elementos da Constituição de 1934, alguns deles tirados da Carta del Lavoro e da Constituição Fascista Italiana. Assim, o trabalho de Francisco Campos é uma amálgama entre fórmulas fascistas nacionalistas e as de caráter liberal, a última como solução de camuflagem. Este conjunto de fórmulas é subordinado à uma estrutura legal e totalitária, onde o executivo é o poder dominante. Seu limite é extenso e abrange não só o poder político, como também os de decisão social e econômica. (CARONE, 1976, p.142)

⁵⁰ Cento e um anos após a primeira colônia alemã ser fundada em São Leopoldo, situada no Estado do Rio Grande do Sul.

⁵¹ A significância do alemão culto condiz com o Hochdeutsch, enquanto o alemão vulgar vem da acepção Volksdeutsch, ou seja o alemão popular.

Com esta nova proposta Legislativa, o cerco aos imigrantes aumentara paulatinamente. Para tanto, os imigrantes e seus descendentes foram impedidos de, por ordem oficial, promover sua escolaridade em sua língua de origem, devendo apreender corretamente o idioma nacional, no caso o Português, bem como as características pátrias do Estado que estava se constituindo como Nacional. Neste viés, o Ginásio Catarinense, adequara-se segundo as propostas nacionalizadoras de modo a compreender os ideais jesuítas e a proposta varguista. Concomitantemente, se analisa que o ideal jesuíta prevalecera, pois, mediante as características desta ordem católica, a peculiaridade política jesuítica apreendera a resignar-se para, após isto, evangelizar. Não obstante, os jesuítas do agora Colégio Catarinense já experimentaram a aproximação do governo com a Educação. Esta aproximação, deveras, não acontece naturalmente, pois, ideologicamente, a transformação de um Estado inicia-se a partir da educação.

A reforma Francisco Campos de 1931 foi extremamente importante, pois estabeleceu relações entre o governo e a educação. Para ele a transformação da sociedade começa na escola, formando um cidadão patriota e apto para o meio. O governo priorizou a educação para a elite, assim, a partir de Campos, a educação atingiu vários níveis de ensino, sendo estes o secundário, o comercial e o superior. (NOVA, 2011, p.16)

A participação ativa na Reforma Francisco Campos inicia-se efetivamente após a convocação dos jesuítas pelo Arcebispo metropolitano D. Joaquim Domingues de Oliveira. Esta manifestação continha o desejo de redefinir as práticas político-educativas que a ordem divulgava concomitantemente aos interesses do poder local. Com isto, pode-se afirmar que a política de Nacionalização, partindo da Educação jesuítica, iniciara-se de modo incisivo, adquirindo poder e prestígio ante as elites político-econômicas. Assim,

A proposta do ensino secundário e comercial se fundamentou, pois houve um aumento de produção no Brasil, resultante das indústrias que se instalaram, neste sentido, a necessidade de desenvolver uma educação profissional no Brasil para as classes menos favorecidas economicamente era essencial, haja vista que seria a nova mão-de-obra qualificada. (NOVA, 2011, p.16)

Deste modo, fica definido que, para o Ginásio Catarinense, o ensino deveria ser voltado à formação ético-moral das elites, de modo a agraciar a temática

jesuíta⁵² apregoada desde 1905 no próprio Ginásio. Como afirma Souza (2005, p. 109), a comitiva episcopal catarinense alicerçava sua influência no território estadual ao abrir-se para a política de nacionalização. Esta ação deve-se à iniciativa de reforçar um relacionamento ímpar com o Estado, com o intuito de reconduzir as diversas culturas a uma postura de identificação com os paradigmas de brasilidade. Não diferente, os jovens estudantes do Ginásio, deveriam servir como modelos para toda a sociedade florianopolitana, e seriam cobrados por seu comportamento, sejam estes jovens frequentadores do ginásio, ou das periferias..

Assim, a educação alcançou dois seguimentos, um ensino voltado para a elite e outro para classe trabalhadora, um ensino dual. Francisco Campos instaurou uma estrutura orgânica no ensino secundário, superior e comercial, criando um sistema educacional, dando início a uma construção objetiva no caráter educacional por parte do Estado. (NOVA, 2011, p.16)

Já o ensino voltado às massas, era evidenciado na transformação do indivíduo em obreiro, adequado às transformações do homem que, outrora, habitava os confins do Brasil e agora se habituava e (sobre)vivia nas grandes cidades. Para os filhos destes imigrantes⁵³ pensara-se em uma instituição generalizadora com o intuito de, ao mesmo tempo tomar o tempo livre das crianças para lhes ensinar os artifícios de uma vida fabril no futuro e orientar os passos para a construção de uma civilização ordeira e pautada, sobretudo, no respeito às figuras cristãs e governistas.

Deste modo, é importante destacar que em meio a este processo, a política educacional favoreceu as elites, garantindo a esta o domínio cultural e econômico sobre o restante da população, que garantiu apenas o trabalho. Assim sendo, em meio a este processo educacional que se formava, o ensino profissionalizante ganhou força, pois devido à divisão de classes, os menos favorecidos necessitavam de uma qualificação, que seria suprida pela escola, pois a educação teria como objetivo formar o cidadão para o trabalho. A educação no Brasil se dava de forma fragmentada, sem embasamentos científicos, no entanto, a partir do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), devido ao empenho dos democratas a inovação no campo da educação brasileira passou a ser discutida, pois o progresso era a ação primordial neste período e só seria alcançado por meio da educação. (NOVA, 2011, p.16)

⁵² Historicamente, os jesuítas buscaram-se aliar com as elites econômico-políticas dos locais onde fixavam-se, como uma estratégia de sobrevivência para sua evangelização, impedindo possíveis intempéries e perseguições.

⁵³ Considera-se a acepção da palavra imigrante, como todo aquele que realiza o movimento migratório interno ou externo, ou seja, migra de uma localidade para outra dentro de um mesmo país ou, ainda, migra de um país a outro.

Com o mecanismo norteador do progresso visto a partir da educação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, possibilitou a aplicação da Reforma Francisco Campos, no aspecto prático, de modo a possibilitar o acesso a educação a aqueles advindos de origem humilde a origens mais abastadas da sociedade, de modo universal. Porém, o ensino público, *proforma*, possibilitou ao governo manifestar-se ante a sociedade e promover uma educação de qualidade, vinculada aos preceitos fabris e desenvolvimentistas.

Neste sentido, o Manifesto teve por objetivo mostrar ao governo a importância de fornecer uma educação pública gratuita, mista, laica e obrigatória, com o intuito de formar o ser bondoso, sábio e apto a aprender a aprender. Isto quer dizer que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família. Esta responsabilidade estaria baseada nos interesses dos indivíduos, em conscientizar que a formação se fazia necessária mediante ao meio em que vivia, para tanto a educação deveria ser obrigatória. Em função disso, a organização educacional tinha como finalidade prover uma educação igualitária, sendo o conhecimento de acesso a todos. (NOVA, 2011, p.16)

Paulatinamente, as reformas propostas pela geração de 1931 e 1932⁵⁴ ganharam a aceitação da ampla maioria da população, de modo a promover a escolarização em um sentido democrático. Porém, cabe afirmar ainda que a aceção democrática neste momento se restringe a uma pequena parcela da população que, não obstante, percebia na educação um mecanismo para possibilitar melhoria de seu futuro. Em sua grande maioria, os filhos dos operários que frequentavam as escolas em busca de um melhor futuro, seguiam na profissão dos pais, enquanto os filhos das elites que frequentavam os Ginásios e Colégios, seguiam em profissões mais apreciadas socialmente, tais como advogados e médicos. Nesta campanha de nacionalização, os ditos alienígenas⁵⁵ que habitavam os núcleos de imigrantes distantes das grandes cidades, pouco sofreram influência direta do padrão nacionalizador do governo Vargas, legando, em sua grande maioria, aos estrangeiros que habitavam os grandes centros, a árdua tarefa de se submeterem as exigências do DIP⁵⁶.

⁵⁴ Respectivamente, a Reforma Francisco Campos e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

⁵⁵ Todo aquele advindo do exterior do país, não se enquadrando, em um primeiro momento, na cultura e no sentimento de brasilidade.

⁵⁶ D.I.P. é a sigla referente ao Departamento de Imprensa e Propaganda capitaneado pelo Estado. Fora criada como mecanismo formador coercitivo do projeto nacionalizador varguista, com o intuito e força de censura para a produção artístico-cultural e social brasileira.

Entre 1937 e 1945 uma parcela significativa da população brasileira sofreu interferências na vida cotidiana produzidas por uma ‘campanha de nacionalização’ que visava ao caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. A categoria ‘alienígena’ — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como ‘guerra’ para erradicação de ideias alienígenas, com o objetivo de impor o ‘espírito nacional’ aos patricios que formavam ‘quistos étnicos’ erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. Seus idealizadores criticavam, sobretudo, a política de colonização com imigrantes mantida durante a Primeira República, argumentando que a elite não corrigiu os ‘erros’ cometidos no Império, permitindo que estrangeiros formassem núcleos isolados, quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira. (SEYFERTH, 1997, p. 95)

O papel de unificador e organizador da estrutura nacionalista do governo Vargas destinou-se às forças armadas, cuja utilização fora deveras apaziguante frente às inquietações da população e às diligências estabelecidas pelos situacionistas. Desta maneira, em especial o exército tinha a “carta branca” que necessitava para fazer valer os ideais do governo, uma vez que Vargas também tinha um particular envolvimento advindo da influência de militares em sua família⁵⁷. No exército, Vargas conhece quem viria a ser seu sucessor em 1945, o então Cadete Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, pessoas decisivas e fundamentais para a concretização da Revolução de 1930.

O Exército teve papel preponderante na concepção e efetivação prática da campanha, pressupondo que os núcleos de ‘colonização estrangeira’ constituíam ‘quistos’ no corpo da nação. Na visão militar, uma anomalia desse tipo só podia ser eliminada através da ação cívica de todos os patriotas que pretendiam viver num Brasil uno independente e forte. A presença de grupos étnicos formados no curso do processo imigratório, concentrados de forma expressiva nos quatro estados mais ao sul do país, suscitou diversas manifestações de xenofobia no âmbito dos discursos nacionalistas mais radicais, mesmo antes de 1889. (SEYFERTH, 1997, p. 95)

Para tanto, conforme descrito anteriormente, coube ao exército a tarefa prática de organizar e ordenar a população de acordo com os ideais governistas. Porém, coube às escolas, em especial ao Ginásio Catarinense, devido sua grande

⁵⁷ Sua passagem pelo exército bem como sua origem militar seriam fundamentais para a mobilização juntamente às forças armadas. Seu pai, Vargas, lutara na Guerra do Paraguai, enquanto Getúlio Vargas tornara-se soldado em 1898.

influência, a tarefa de mobilizar ideologicamente os cidadãos a tornarem-se homens valorosos à pátria, deixando seus valores de outrora e unindo-se a causa maior: a ideia de Nação.

Contudo,

O cotidiano mudou nos colégios: Houve mais feriados e celebrações de dias cívicos com desfiles, culto aos heróis, na esfera política. Já na religiosa / espiritual, houve celebrações para os proletários, como os círculos operários, a liga eleitoral católica, sempre ligado ao trabalho, para atrair os mais necessitados aos seus braços, ou a sua influência. Essa liga eleitoral católica funcionava, também, nos colégios. Os jesuítas criam o jornal o Apóstolo, não gratuito, que mostrava o cotidiano católico e o intervencionismo, com bons olhos, que se estabeleceu no governo. O sistema de ensino era eficiente, cristalizado, pois era de acordo com as ordens clericais, sendo assim, favorável a Igreja.⁵⁸

Concomitantemente, ao passo que se observa esta adequação no Ginásio, os padres e estudantes descendentes de alemães e italianos, indiretamente resistiam às pressões do governo, propagandeando sua própria noção de brasilidade, em um movimento de ressignificação da ordem instituída.

Gradualmente, com a divulgação dos ideais nos meios de comunicação⁵⁹ e com a aceitação da ideia nacionalizadora,

A campanha de nacionalização foi implementada durante o Estado Novo (1937-1945), atingindo todos os possíveis alienígenas — tanto nas áreas coloniais (consideradas as mais enquistadas e afastadas da sociedade brasileira) como nas cidades onde as organizações étnicas estavam mais visíveis. O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas 'escolas estrangeiras' a modificar seus currículos e dispensar os professores 'desnacionalizados'; as que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas. A partir de 1939, a intervenção direta recrudescceu e a exigência de 'abrasileiramento' através da assimilação e caldeamento tornou-se impositiva — criando entraves para toda a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados. (SEYFERTH, 1997, p. 95-96)

Para tanto, denota-se já nos primeiros meses da imposição das novas políticas de nacionalização, como o cumprimento por parte do Ginásio Catarinense da determinação de que os idiomas como o alemão passariam a ser oferecidos aos estudantes de modo optativo, e não mais obrigatório.

⁵⁸ Idem 2.

⁵⁹ Entre eles destacam-se o rádio e o jornal impresso.

Assim, progressivamente, desapareceram as publicações em língua estrangeira, principalmente a imprensa étnica, e algumas sociedades recreativas, esportivas e culturais que não aceitaram as mudanças; foi proibido o uso de línguas estrangeiras em público, inclusive nas atividades religiosas; e a ação direta do Exército impôs normas de civismo, o uso da língua portuguesa e o recrutamento dos jovens para o serviço militar num contexto genuinamente brasileiro. (SEYFERTH, 1997, p. 95-96)

Portanto, afirmava-se sumariamente a ideia de perseguição dos germânicos dentro do território brasileiro, mesmo aliando ao ideal de organização do estrangeiro a elevação da supremacia étnica brasileira.

Deveras, tal tarefa ideológica fora pensada de modo a alocar o imigrante em seu lugar de direito⁶⁰, como colaborador da magnanimidade brasileira, legando aos indígenas e negros um lugar de menor destaque na esfera pública, em concordância com os ideais da igreja Católica⁶¹. Esta concomitância de saberes perfaz-se em conjunto ao adequamento da sociedade em prol de uma causa: a Unidade do território brasileiro. A tarefa dos Ginásios era clara: reproduzir os ideais nacionais e, sobretudo Varguistas e preparar-se para uma guerra iminente. Ao perceber o sucesso estratégico da proposta governista, trata-se de intensificar o papel de líder político e centralizar, de fato, o poder na figura de Getúlio Vargas, que deveria ser, a partir de 1937, o líder⁶² que guiaria a nação aos postos mais altos do desenvolvimento global.

Com o mundo em guerra, a partir de 1939, intensificam-se as patrulhas nacionalistas e a vigilância nas escolas e ginásios. Isto se devia ao fato de que o país encontrava-se em estado de Guerra⁶³ com os países do eixo, acatando a imposição Estado-Unidense. Porém, é importante ressaltar o fato que, um dos principais parceiros econômicos do Brasil, à época, era a própria Alemanha que, com seus imigrantes fixados em terras brasileiras, gerava um sentimento de insegurança constante nos oficiais do governo, pois, a situação era como se o inimigo estivesse abrigado em seu próprio quintal.

A participação do Brasil na guerra, a partir de 1942, acirrou as animosidades pois a ação nacionalizadora se intensificou junto aos imigrantes (e descendentes) alemães, italianos e japoneses —

⁶⁰ Conforme assim assentia o governo.

⁶¹ A época, tanto negros quanto indígenas eram acusados de indolentes e inaptos ao trabalho, pela Igreja católica e deveriam ser, aos olhos do governo, subjugados na sociedade.

⁶² E, caso necessário, utilizar-se-ia das vias não democráticas, para resguardar o poder e supremacia nacionais.

⁶³ Posição que viria a definir, escolhendo o lado aliado, em 1942.

transformados, também, em potenciais 'inimigos da pátria'. Os excessos cometidos na repressão aos 'ideais alienígenas' são reconhecidos por alguns participantes da campanha; mas, ao mesmo tempo, são debitados à repercussão dos acontecimentos internacionais. Prisões arbitrárias, policiamento ostensivo, humilhações públicas como castigo pelo uso de língua estrangeira, cerceamento de atividades produtivas, associações esportivas requisitadas para uso militar etc. marcaram o cotidiano tenso de algumas regiões onde a maioria da população se enquadrava na categoria dos alienígenas. (SEYFERTH, 1997, p. 95-96)

Já no âmbito do Ginásio, as reformas essenciais eram dirigidas a passos largos, haja vista a possibilidade e necessidade de transformar o Ginásio em um Colégio, equiparado-o aos moldes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, seguindo as premissas do Ministério da Educação. Para tanto, aos auspícios do padre prefeito do Colégio, os ideais jesuítas referenciados na qualidade educacional, bem como na afirmação de sua proposta e colaboração com o progresso e desenvolvimento da sociedade justa e ordeira pretendida por Getúlio Vargas, publicara-se no anuário Relatório de Prefeito⁶⁴ do ano de 1940, inicialmente, as fotos do Arcebispo de Florianópolis⁶⁵ e do Presidente da República.

Imagem 6: Demonstração de gratidão para o Exmo.e Revmo. Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, D. Joaquim Domingues de Oliveira



Fonte: COLÉGIO..., 1940.

⁶⁴ Relatório do prefeito do Ginásio Catarinense, datado de 1940.

⁶⁵ Ao fazer-se menção quando do 4º centenário da fundação da Companhia de Jesus, em 1940.

Contudo, cabe afirmar ainda que há espaço para a produção de jovens talentos para a sociedade catarinense, bem como a reafirmação de valorosos estudantes que frequentaram as cadeiras do Ginásio e que mereceram destaque aos cuidados dos Relatórios de Prefeito do Ginásio de 1940. Estudantes tais como é evidenciado a seguir:

Imagem 7: Os alunos do Ginásio Catarinense que ocupam destaque nos idos de 1940, na sociedade Catarinense.



Fonte: GINÁSIO..., 1940

A propaganda agora vinculada aos ideais governistas vincularia os interesses governistas de fato com o propósito do fortalecimento paulatinamente maior do próprio Ginásio, enquanto centro promotor de uma educação de qualidade e que prepararia lideranças políticas dispostas a enfrentar as agruras do mundo em constantes transformações, aos moldes do mundo mergulhado em repressões e estigmatizações no qual se encontrava.

Assim, para esta emancipação e da reafirmação da fé e dos preceitos políticos jesuítas, além da celebração do 4º Centenário⁶⁶, disposta também em fotos no relatório do Prefeito do Ginásio Catarinense, há a presença de um significado de poder, representado a partir da prática de esportes, exaltação da pátria e seus símbolos e da visualização das belezas naturais e científicas do país, em uma tentativa de homologação dos preceitos jesuítas, da corroboração da fé através da exaltação do corpo e mente sadios⁶⁷. Assim, a mente sadia juntamente com um corpo sadio ainda era uma prática pedagógica e ideológica jesuítica de modo a

⁶⁶ Conforme imagem 17.

⁶⁷ Conforme imagem 16.

convergir com as exigências do Estado brasileiro, impondo aos jovens as simbologias nacionais.

Imagem 8: Celebração do 4º Centenário da criação da Companhia de Jesus



Fonte: COLEGIO..., 1940.

A formação de jovens que honrassem os preceitos da pátria não era tarefa fácil. Estes eram submetidos anualmente a exames externos elaborados pelos padres professores e professores leigos do Ginásio Catarinense, de modo a comprovar sua eficácia e comprometimento pátrios. Para tanto, coube ao Sr. Antenor Moraes a verificação das competências destes educandos por meio de inspeção. É derivada, também, a inspeção de toda a estrutura ginásial deste estabelecimento a esta personalidade, de modo a conferir a possibilidade de oferta adequada aos novos cidadãos catarinenses e, sobretudo brasileiros.

Imagem 9: A definição da “Mens Sana Corpore Sano” homologada na Filosofia do Ginásio Catarinense, em 1940



Fonte: GINÁSIO..., 1940

Assim como acontecia aos moldes do recente Estado Novo, os desfiles cívicos e internos do Ginásio Catarinense serviam para exaltar, com pompas a moralidade instituída e demonstrar a subserviência para com a política instaurada desde os anos de 1930, com a Revolução.

Desde modo,

O cotidiano mudou nos colégios: Houve mais feriados e celebrações de dias cívicos com desfiles, culto aos heróis, na esfera política. Já na religiosa / espiritual, houve celebrações para os proletários, como os círculos operários, a liga eleitoral católica, sempre ligado ao trabalho, para atrair os mais necessitados aos seus braços, ou a sua influência. Essa liga eleitoral católica funcionava, também, nos colégios. Os jesuítas criam o jornal o Apóstolo, não gratuito, que mostrava o cotidiano católico e o intervencionismo, com bons olhos, que se estabeleceu no governo. O sistema de ensino era eficiente, cristalizado, pois era de acordo com as ordens clericais, sendo assim, favorável a Igreja.⁶⁸

Mesmo em suas premissas formadoras do bom caráter do homem, aos moldes do jesuitismo determinado pela cúria, os sacerdotes, bem como os estudantes formados no ginásio, passariam por um processo de autoafirmação na sociedade, de modo a valorar seus ideais, evidenciados a partir de acontecimentos cotidianos, exemplificado na própria semana missionária de 1940, em comemoração aos 400 anos da Companhia de Jesus. Deste modo, estudantes de outros Ginásios e Colégios jesuítas confirmavam sua participação de modo a auxiliar a promoção do

⁶⁸ Idem 2

ideal católico, sobretudo, em concordância com o processo político instaurado de então.

Imagem 10: A homologação do ideal governista e da cúria católica, evidenciada a partir da exaltação dos “heróis missionários”, no ano de 1940



Fonte: GINÁSIO..., 1939.

Assim, com a criação da alcunha “Heróis da semana missionária”, ou ainda, conforme demonstra a legenda, “Heróis missionários”, a situação de embate estava lançada, pois, de um lado, consolidava-se a premissa do Estado Novo, em criar personalidades ou construir mitos em volta de uma causa, a partir do momento que o ocidente enfrentava, com a deflagração da 2ª Guerra Mundial e, de outro, todo aquele que se opunha ao regime Vargas, deveria ser combatido ferrenhamente. Ao analisarmos a imagem 10, denota-se o imperativo categórico e momentâneo de representatividade nacional, bem como o arquétipo necessário para que ocorresse a consolidação da reforma prevista por Vargas. Deste modo, sentados ou em pé, os indivíduos deveriam demonstrar total interesse pelos motivos regulamentares de pátria e da religião, evidenciando estes valores nas campanhas nacionalistas, espalhadas ao redor do Brasil. Dos educandos eram exigidas demonstrações de subserviência a Deus e aos santos, na Arquitetura do Colégio, por meio de demonstrações de imagens, exemplificado na Figura 12, e de personalidades como o primeiro sacerdote jesuíta do Ginásio Catarinense, P. Milton Luiz Valente, conforme demonstra a figura 11. Tais atos demonstram a excelência acadêmica *pro-*

labore instituída no Ginásio e que deveria ser perpetrada ao longo dos anos, com base na disciplina e ordem.

Imagem 11: A exaltação do primeiro sacerdote Jesuíta do Ginásio Catarinense P. Milton Luiz Valente



Fonte: GINÁSIO..., 1940.

Imagem 12: A demonstração da ligação da fé com a política cotidiana, corroborando a premissa Jesuítica



Fonte: GINÁSIO..., 1940.

Aos indivíduos ou grupos de descendentes de alemães que não se enquadraram à campanha nacionalizadora, o governo enquadrrou como perigo nacional, a partir da mitificação da raça alemã, sendo assim urgente a eliminação desta ameaça para a sociedade. Portanto, aos padres residentes no Ginásio, fora delegada a função de verificar as características dos próprios estudantes e dos funcionários deste estabelecimento de modo a comprovar eticamente sua eficácia, por meio de desfiles e manifestações pátrias. Para tanto, mesmo com a convicção de sentimento pátrio, os descendentes de alemães acabam sofrendo perseguições derivadas dos próprios estudantes, de modo a testar, sobretudo a rigidez que imperava no *modus vivendi*⁶⁹

Isso não significa que só a população de origem alemã foi considerada alienígena: quase todos os descendentes de imigrantes, em algum grau, estavam desnacionalizados na opinião de Bethlem e outros participantes da campanha. No entanto, os indícios de maior resistência ao 'abrasileiramento' foram encontrados naquelas regiões consideradas 'redutos do germanismo', constituindo uma situação de risco para a integridade cultural, racial e territorial da nação. Trata-se, pois, de um discurso nacionalista aparentemente novo, que retoma a velha retórica sobre o 'perigo alemão' construída a partir de denúncias sobre as atividades

⁶⁹ Modo de vida, ou seja, a moralidade constituída nos grupos de estudantes e funcionários do ginásio.

pangermanistas no sul, antes da Primeira Guerra Mundial. (SEYFERTH, 1997, p. 96)

Deste modo, a contribuição para a unidade imaginária proporcionada a partir da construção e da colaboração dos imigrantes no país, deveria ser analisada a partir de sua constituição enquanto cidadãos já na época do império, de modo a não deixar dúvidas sob a inclinação ideológica dos imigrantes e tolher quaisquer atividades antinacionalistas.

A imagem da unidade nacional ameaçada por imigrantes concentrados em regiões problemáticas, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sob influência de doutrinas estrangeiras, construída no texto de Bethlem, já está presente em alguns discursos nacionalistas do Império. E para ficar com um exemplo emblemático, pode ser citada a posição de Silvio Romero que, na penúltima década do século XIX, já demonstrava sua preocupação com os mesmos 'quistos étnicos', culpando a política imigratória do Império pela situação 'calamitosa' das 'colônias alemãs'. Para Romero, o risco do separatismo só podia ser debelado através da imposição de uma política imigratória que distribuísse os brancos europeus por todo o país, de forma a promover o equilíbrio populacional, e com intervenção direta na organização comunitária dos imigrantes localizados no sul, forçando a assimilação e o caldeamento. (SEYFERTH, 1997, p. 96)

Para tanto, conforme é demonstrado a partir das políticas de adequação social de Vargas, os alienígenas foram repreendidos e reprimidos de modo a converter-se⁷⁰ a fé e a política. No entanto,

Os excessos cometidos na repressão aos 'ideais alienígenas' são reconhecidos por alguns participantes da campanha; mas, ao mesmo tempo, são debitados à repercussão dos acontecimentos internacionais. Prisões arbitrárias, policiamento ostensivo, humilhações públicas como castigo pelo uso de língua estrangeira, cerceamento de atividades produtivas, associações esportivas requisitadas para uso militar etc. marcaram o cotidiano tenso de algumas regiões onde a maioria da população se enquadrava na categoria dos alienígenas. SEYFERTH, 1997, p. 96)

Deste modo, a aurora de um novo tempo, é discutida neste momento pelas elites do país e por seu Governo, pois, como um país eminentemente novo, sua transformação atravessaria, também a adequação da Constituição promulgada em 1934, à nova realidade nacional.

Deste modo,

⁷⁰ E, assim, a acepção do termo converter-se é corroborada de maneira concreta, evidenciada a partir da adequação à política nacional e aos moldes da fé católica.

A hora é de renascimento. A Constituição de 10 de Novembro é alvorada de um Brasil mais forte e mais unido. A condição primeira dessa suprema realização nacional é que dentro dele, em nenhuma de suas regiões, prevaleçam ou predominem por incúria ou descaso de governos ou pela resistência de elementos alienígenas, língua que não seja a nossa, tradições outras que as do nosso próprio passado, glórias que não as dos nossos próprios fastos. (Bethlem 1939, p.161-163 apud SEYFERTH 1997, p. 108)

E é neste momento que mora o período mais crítico para a adequação da proposta nacionalista para dentro dos muros do Ginásio, pois, na medida em que as questões éticas e morais dos imigrantes sofriam revisões, o sistema de disciplina e ordem assemelhava-se aos padrões dos jesuítas descendentes de germânicos. Não obstante, ao passo que o movimento de repressão educacional evidenciado a partir da *Ratio Studiorum* jesuítica acontecia, esta deveria acontecer segundo os preceitos brasileiros e, não mais, segundo aos preceitos alemães.

Para que essa organização ocorresse a Reforma Capanema deveria abranger todos os ramos do ensino primário e secundário, evidenciando assim o ensino industrial, comercial, agrário, feminino buscando superar os pontos negativos da Reforma Francisco Campos. Entretanto, [...] a Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, também chamada de Lei Orgânica do Ensino Secundário. Conforme esta legislação, o ensino secundário foi estruturado em dois ciclos, o primeiro denominado Curso Ginásial de quatro anos e o segundo ciclo Colegial, dividido em Curso Clássico (priorizando o saber das humanidades) e o Curso Científico (enfaticamente o estudo das ciências exatas) ambos com duração de três anos. Dessa maneira, o título Ginásio era dado ao estabelecimento destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo e o de Colégio, ao estabelecimento de ensino que compreendesse os dois ciclos: o ginásio e os dois cursos do segundo ciclo (Clássico e Científico) (BRASIL, 1942a apud MATOS; SOUZA; MATOS, 2011, p. 4-5)

Com a reforma Capanema, a concretização da Revolução está encerrada, devido ao fato que ambas as esferas, ética e moral, presentes nos círculos políticos e religiosos, denotam a inferência dos dois pilares fundamentais para a influência no modo de vida e na moralidade dos brasileiros. A reforma supracitada padroniza a educação e centraliza a autoridade de Vargas no cotidiano e no imaginário dos brasileiros, afirmando o culto aos símbolos nacionais, entre eles a bandeira, a personalidade do líder Getúlio Vargas e a Igreja Católica, a quem o Estado, de fato, deveria prestar referenciam face ao auxílio normatizador e restaurador da população.

Para tanto, o Estado padronizou currículos mínimos obrigatórios, conteúdos nacionais transmitidos nas escolas (cultivo ao ufanismo verde e amarelo), livros didáticos e outros. Assim, foi criado um sistema federal de controle e fiscalização que monitorava as instituições pelo país verificando a aplicabilidade da legislação em vigor. (BRASIL, 1942a apud MATOS; SOUZA; MATOS, 2011, p. 5)

Portanto, em 1942, é proposto pelo Ministério da Educação, os Ginásios a equipararem-se ao colégio Pedro II, situado na capital Federal, Rio de Janeiro, que era o modelo de educação de qualidade e de onde saíam os principais pensadores brasileiros. Tal colégio deveria ser o padrão institucionalizador e centralizador da boa educação brasileira, pois estava no seio da República, e deveria emanar o ideal pretendido pelo Governo, em sua atitude centralizadora.

A categoria de equiparação fazia parte das diferentes estratégias de controle e normalização de ensino secundário e que ao mesmo tempo consolidava o Colégio Pedro II como padrão a ser seguido. Um dos 'privilégios' concedidos aos equiparados era o direito de instalação de Bancas de Exames de Preparatórios, que eram regulamentados e fiscalizados pelo governo central (GASPARELLO, 2004, p. 62-63 apud MATOS; SOUZA; MATOS; 2011, p. 7).

Ao passo que estas fortificações em torno da personalidade nacional e a instituição de novos símbolos nacionais é criada, e cultuada no imaginário popular e estudantil, indiretamente, atrela-se ao fato de que o regime Vargasista corrobora com as mesmas premissas Nazifascistas, contudo declara não sê-lo. Em contrapartida aos seus ideais, a fim de almejar o apoio bélico-econômico Estado-Unidense que, a partir de 1942 torna-se seu principal parceiro econômico e orientador da ordem e do bem estar da sociedade. Porém, ao relegar a posição de parceiro econômico alemão, Vargas diretamente declara guerra ao Eixo, evidenciado no fato do serviço secreto alemão vistoriar as atividades Vargasistas por meio de células do Partido Nazista brasileiro, ou tropical, conforme evidencia Dietrich (2007).

Outrossim,

O Estado Novo é um regime que desde o início desenvolve suas atividades em duas direções: o modelo adotado tem características fascistas; por sua vez, adotam-se medidas nacionalistas de caráter político – cultural, até contra as colônias alemãs e italianas. (CARONE, 1976, p. 160-161)

Partindo desta premissa, o Estado necessitava da elaboração dúbia para manter-se fortalecido, ao passo que apertava-se o cerco contra as culturas

estrangeiras em prol de uma cultura nacional, construída a partir do ideal de brasilidade. Para tanto,

A ambiguidade é aparente, porque a ditadura estadonovista é essencialmente nacionalista. A questão pode ser examinada sob vários prismas: 1) não existe no governo nenhum elemento ligado diretamente ao movimento integralista ou que tenha ligação direta com os países do eixo; o que se dá são casos de 'simpatia' totalitária, como os de Francisco Campos, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra; 2) todas as vezes que o governo aproxima-se da Alemanha e Itália é no sentido de uma pressão sobre os países democráticos ou por necessidade prática, e não devido acordos comprometedores ou colaboração efetiva. Daí sua atitude ser externamente de caráter fascista, mas internamente obedecer a razões de segurança caseira. Um dos problemas estruturais do estado é a questão das minorias estrangeiras, principalmente as dos italianos e, mais ainda, a dos alemães do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Devido ao isolamento geográfico, estas últimas minorias continuam ter sua cultura e tradição, sem grandes problemas de assimilação. (CARONE, 1976, p.161)

Deste modo, mesmo tendo afirmado sua posição ideológica e política contrária aos países do eixo, o movimento de autoafirmação do Estado Nacional brasileiro fora influenciado por estes, em colaboração dos imigrantes e dos aspectos culturais e sociais por eles trazidos, sendo reforçados, de modo indireto na construção do imaginário social e da formação do homem público e servo de sua pátria.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar-se a perpetração da prática pedagógica existente no modo de vida dos jesuítas e professores leigos do Ginásio Catarinense e Colégio Catarinense, faz-se menção consubstancialmente ao tipo ideal de homem que o colégio queria formar, um cidadão disposto a passar pelas agruras que o momento revolucionário proporcionava, orientando seus estudantes para a resiliência e perseverança ante o momento de consolidação da revolução varguista.

Para tanto, pode-se analisar, neste íterim, a proposta do governo de Getúlio Vargas para com a Educação e com a formação de um homem centrado nas ideias nacionalistas do Estado e da Religião Católica. Deste modo ao afirmar-se sobre as políticas públicas nacionalistas, buscou-se referenciar os pressupostos da reforma Francisco Campos, de 1931, bem como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ambos os documentos que contribuíram para a formação de uma educação centralizada na formação do caráter do indivíduo, este sendo parte preponderante do processo de ensino-aprendizagem. Neste momento, ainda o indivíduo não torna-se um sujeito ativo no processo educacional mas, segundo o momento de transformações sociais que os estudantes do Ginásio Catarinense atravessavam, como a tomada de poder das tropas de Vargas em Florianópolis e a saída de cena do governo de Aducci, os estudantes deveriam tornar-se críticos do sistema, corroborando a prática política jesuítica, em um movimento de aceitar, com restrições, as propostas e imposições situacionistas que o governo elaborava.

Não obstante, com a centralização do Estado Varguista em torno de uma ditadura, a constituição do ensino tornou-se evidentemente nacionalista e patriótica, a qual deveria corroborar a valorização do padrão nacional de indivíduo e garantir, assim, a soberania do brasileiro enquanto povo constituído pelas transações étnico-culturais de seus imigrantes sejam estes europeus, indígenas autóctones ou africanos.

Assim, o novo modelo de nação nascia inspirado nas premissas europeias de fins do século XIX e início de século XX, pautada na *Jus solis*⁷¹, direito este constituído a partir do local de nascimento, mesmo tendo este indivíduo uma filiação estrangeira.

⁷¹ Significa "direito de solo" e indica um princípio pelo qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a um indivíduo de acordo com seu lugar de nascimento.

As reformas no Ginásio Catarinense prepararam o local para a aceitação ideológica deste novo tipo de homem, e evidenciou-se, na construção de sua moralidade e modo de interagir com seus pares, em uma sociedade repleta de transformações político-econômicas e, sobretudo, sociais. Portanto, torna-se mister que o Ginásio Catarinense contribuiu de modo decisivo na formação educacional e moral das elites catarinenses, de modo a guiar os rumos educacionais da sociedade, face seu controle sobre a sociedade e direcionamento das políticas públicas exigidas pela política educacional Varguista.

Partindo da análise de constituição educacional, corrobora-se com o modelo de educação proposto pelo Ginásio Catarinense, vinculado às práticas políticas jesuíticas, bem como da Igreja no momento da 1ª Era Vargas, que afirmou o controle do clero e do Estado sobre a população, até mesmo das elites que, orientadas a seguir as disposições normativas destas duas esferas da sociedade, intermediou os conceitos educacionais compreendidos ainda em época acadêmica e reproduziu no cotidiano.

A prática Jesuítica previa, entretantes, a elaboração de aulas ao ar livre, em um movimento de libertação do pensamento, perfazendo uma prática política pedagógica que mudou a concepção de educação. Esta deveria ser de maneira tutorial e de modo a centralizar as especificidades do estudante levando-o a desenvolver suas potencialidades.

Para tanto, no Ginásio Catarinense, o ensino da História, bem como das outras disciplinas deveria ser proporcionado no linear existente entre a rigidez educacional da *Ratio Studiorum* e da maleabilidade educacional que a educação individualista proporcionava. Assim, ao passo que o estudante deveria interpretar com afinco os acontecimentos do mundo, este o deveria fazer a sua maneira, não obstante, aos cuidados dos professores, orientando os jovens aprendizes a lidar com um mundo em constantes transformações. Aos que se destacavam, eram conferidas medalhas e honrarias frente à comunidade escolar, o que lhes garantiria uma posição de destaque na microssociedade instaurada no Ginásio, que perfazia, substancialmente, às necessidades que as elites cultural e econômica almejavam para o momento ideológico vivenciado na década de 1930.

Conforme analisado durante o trabalho, as premissas educacionais propostas e impostas pelo governo de Getúlio Vargas transformaram o cenário político e educacional brasileiro, de modo a valorizar-se em uma maior escala a

cultura nacional una e o ideal de brasilidade e nacionalismo. Assim, foi-se preciso a criação de mais centros de excelência educacional, aos moldes do Colégio Pedro II, para promover no imaginário popular as questões nacionalistas do Governo e, não obstante, consolidar o país segundo os preceitos de unificação cultural. Para tanto, as reformas ocorridas neste período, desde a Francisco Campos de 1931 até a Lei Orgânica de 1942 tinham o objetivo de centralizar na política e na Educação os mecanismos necessários para promover o desenvolvimento intelectual, cognitivo, econômico e, sobretudo social⁷² de nosso país. O indivíduo deveria ser, deste modo, um sujeito apto ao trabalho e ao pensamento, derivando de sua iniciativa buscar adequar e desenvolver o país e elevá-lo aos patamares de países mais desenvolvidos industrialmente e intelectualmente, como Alemanha e Estados Unidos.

Porém, no entremeio deste desenvolvimento, o mundo entra em um conflito mundial, conhecido como a 2ª Guerra e, o governo Varguista necessitava posicionar-se de um dos lados do conflito. Alemanha e Estados Unidos almejavam a posição estratégica que o Brasil proporcionava. Cedendo a pressão Estadunidense, advinda com sua política externa para a América Latina, o Brasil alia-se em 1942 a Tríplice aliança, posicionando-se de fato, contra os países que compunham as potências do Eixo⁷³.

Por fim, como um estabelecimento de prezava a qualidade educacional, advinda da rigidez e objetivação no processo de aprendizagem dos jesuítas, o Ginásio Catarinense foi transformado em um polo divulgador dos ideais nacionais do Governo de Vargas, onde a influência religiosa e política dos jesuítas foi adequada aos ideais nacionalistas do Governo e, sobretudo, passaram a divulgar para a sociedade florianopolitana um padrão de excelência educacional, formando as elites para o cenário político e econômico que estava se construindo a partir de 1930.

Assim, para uma adequação legal, a constituição de 1934 e, após a de 1937 centralizaram o papel decisivo da transformação social, econômica e educacional nas mãos do Governo, sendo este o principal divulgador dos ideais nacionais, eliminando-se rurgas e intempéries pré-revolucionários. Agora os tempos eram outros, onde todos os brasileiros deveriam unir-se em prol de um ideal

⁷² Aqui se afirma o desenvolvimento social de modo a caracterizar um padrão de sociedade imposto pela política governamental de Vargas.

⁷³ Como por exemplo: Japão, Alemanha e Itália.

unificador nacional. Para tanto, foi necessário adequar a sociedade em classes bem delimitadas, de modo a proporcionar o amplo desenvolvimento destas. Substancialmente, este desenvolvimento passaria pela educação, construindo um universo de estudantes, de um lado, educados para servir como massa proletária e de outro, de pensadores e líderes políticos e econômicos da sociedade.

Com a renovação das políticas educacionais, passou-se a valorizar, portanto, a História nacional, por meio do Ensino de História, valorizando os ícones criados a partir da República, ressaltando a História do Brasil ante o mundo, criando ídolos, personalidades políticas e o ideal desenvolvimento industrial econômico e social.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BLOCH, Marc. **Apologia da História: Ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BURON, Thierry; GAUCHON, Pascal. **Os Fascismos**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1980. 159 p.

CABRAL, Oswaldo R. **Os Jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na província**. Florianópolis, SC: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Campinas: SP: Editora da UNICAMP. 1998. 347p.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2008. 264p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARONE, EDGAR. **A Terceira República: 1937-1945**. São Paulo (SP): Difel, 1976. p. 7-24; 142-164; 432-481.

COLÉGIO CATARINENSE. **Livro dos Formandos**. Colégio Catarinense – 100 anos. Florianópolis: Gráfica COAN, 2005.

CONGRESSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **A Assembleia Constituinte de 1935**. Florianópolis: Congresso do Estado, 1935.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2001. 294p.

DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (org.), **O Tempo dos Ginásios: Ensino Secundário em Santa Catarina (Final do Século XIX - Meados do século XX)** Norberto Dallabrida e Celso João Carminati (org.). Florianópolis: UDESC. 2009.

FIOD, Edna Garcia Maciel. **Escola e Trabalho: Forças que resistem no tempo**, 2008. p. 33-140.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 28. ed. Petropolis: Vozes, 2004. 262p.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 12. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2005. 245p.
- GERTZ, Rene Ernaini. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo.** Porto Alegre (RS): Mercado Aberto, 1987. 206p.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1930.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1931.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1938.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1939.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1940.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1941.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1942.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1943.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1944.
- GINÁSIO Catarinense. **Relatório do Ginásio Catarinense em Florianópolis.** Estado de Santa Catarina, 1945.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988. p.238.
- GUIBERNAU I BERDÚN, M. Montserrat (Maria Montserrat). **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX.** Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1997. 188p.
- HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** 4. ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2004.

MURARO, Valmir Francisco. **Padre Antônio Vieira: retórica e utopia.** Florianópolis, SC: Insular, 2003. 341p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social ou Princípios do direito político.** 5.ed. São Paulo (SP): Edigraf, 1958. 159p.

SCHWARTZMANN, Simon. **Estado Novo: Um autorretrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, 1983.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí.** Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A Construção de uma ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996. 160 p.

SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada: Cem anos do Colégio Catarinense.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia. **Faces do catolicismo.** Florianópolis, SC: Insular, 2008. 374p.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: (o fascismo brasileiro na década de 30).** 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

ENTREVISTAS

MELIÀ LLITERES, Bartomeu. Entrevista concedida no Seminário 100 anos de Egon Schaden, em 26 de julho de 2013, na cidade de São Bonifácio.

MURARO, Valmir Francisco. Entrevista concedida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 22 de maio de 2013.

FONTES VIRTUAIS

ANDREOTTI, Azilde L. **O Projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930.** Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_023.html>. Acesso em 16/03/2013.

ASSIS, Rudinélio Renaldo de. **Do público ao privado: o Ginásio Catarinense entre 1892 e 1905.** Florianópolis: [Monografia] UDESC. 2005. Disponível em <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000000/0000008C.pdf>>. Acesso em 10/03/2013.

AZEVEDO, Fernando; PEIXOTO, Afrânio; TEIXEIRA, Anísio Spínola; *et al.* **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em 15/02/2013.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15/03/2013.

BRASIL. **Constituição Nacional de 1937**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acessada em 18/04/2013.

BRASIL. **DECRETO N. 19.890 - DE 18 DE ABRIL DE 1931**. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm>. Acesso em 24/03/2013.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A Educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Disponível em <http://www.uninove.br/PDF>s/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_IV_coloquio/COMUNICA%C3%87%C3%83O%2017.pdf>. Acesso em 10/03/2013.

BLASS, Arno. GUERRA, Rogério Ferreira. Grupo Sul e a revolução modernista em Santa Catarina. v. 43, n. 1. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas (UFSC)**, 2009. p. 21-22.

CORRÊA, Denise Aparecida. **A educação física escolar nas reformas educacionais do Ensino Secundário no Governo de Getúlio Vargas**. São Carlos, SP: UFSCar. 2008. Disponível em <<http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf>/2008/educere-denise-2008.pdf>>. Acesso em 19/03/2013.

DALLABRIDA, Norberto. **A força da tradição: Ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede**. Pelotas, RS: UFPel, 2008. p.141- 163. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/56737511/Historia-da-Educacao-RHE-n-26>>. Acesso em 20/03/2013.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, maio/ago. 2009. p. 185-191. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em 25/03/2013.

DALLABRIDA, Norberto. **Disciplina e Devoção: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdf>s/Tema3/3151.pdf>>. Acesso em 11/03/2013.

DALLABRIDA, Norberto. **Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário**. V. 12, n. 1, jan./abr. Campinas-SP: Revista brasileira de História da Educação, 2012. p. 167-192. Disponível em <www.rbhe.sbhe>. Acesso em 26/03/2013.

DALLABRIDA, Norberto; SOARES, Luana Bergmann; TRIPADALLI, Ana Laura. **Ensino Secundário em Santa Catarina: Redes Culturais Escolares (1932-1945)**. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/376Norberto_e_Luana_e_Analaura.pdf>. Acesso em 15/03/2013.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo (USP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007. 301 p. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/pt-br.php>>. Acesso em 11/03/2013.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação brasileira no período de 1930 à 1960: A Era Vargas**. São Paulo: Unesp. 2005, p. 4; 63. Disponível em <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso em 11/02/2013.

KANG, Thomas H. **Descentralização e Financiamento da Educação brasileira: Uma Análise Comparativa, 1930-1964**. Revista Estudos Econômicos, Vol 41, Nº 3 - Jul-Set 2011, 573-598. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612011000300004&script=sci_arttext>. Acesso em 02/04/2013

LIMA, Antônio Bosco de. **Manifesto dos pioneiros da Educação (1932): Leituras de seus 80 anos**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDF>s/2.20.pdf>. Acesso em 15/04/2013.

MATOS, Andrea Maria dos Santos Matos; SOUZA, Suely Cristina Silva Souza; MATOS, Paula Regina dos Santos. **Gustavo Capanema e suas leis orgânicas: Um dualismo educacional no Ensino Secundário**. Disponível em <<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%202/PDF>/MicrosoftWord%20-%20GUSTAVO%20CAPANEMA%20E%20SUAS%20LEIS%20ORG%20NICAS%20UM%20DUALISMO%20EDUCACIONAL%20NO%20ENSINO%20SECUND%20RIO.pdf>>. Acesso em 25/04/2013.

NOVA, Natielle Maiolino Rosa Villa. **Perspectiva das políticas educacionais de Gustavo Capanema para o Ensino Secundário de 1934 a 1945**. MARINGÁ, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em <http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos%202011/Turma%2031/Natielle_Nova.pdf>. Acesso em 28/05/2011.

Os M.M.D.C. de São Paulo. Disponível em <www.memorialdoimigrante.org.br>. Acesso em 22/07/2013.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação brasileira no período de 1930 à 1960:**

. Acesso em 01/03/2013.

PEREIRA, José James Gomes. **Os tratados internacionais na vigência do Estado Novo.** Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/19066/os-tratados-internacionais-na-vigencia-do-estado-novo>>. Acesso em 30/04/2013.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo.** Disponível em <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/25.pdf>>. Acesso em 20/04/2013.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit5.htm>>. Acesso em 26/03/2013.

SEYFERTH, Giralda. **A associação dos imigrantes como questão nacional.** Rio de Janeiro: Revista Mana (UFRJ), 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf>>. Acesso em 25/03/2013.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; Massami Martins Ruckstadter, Flávio e Campos Mariano Ruckstadter, Vanessa. **RATIO STUDIORUM.** Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm>. Acesso em 15/03/2013.

ZOTTI, Solage Aparecida. **O Ensino Secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema:**

. Acesso em 15/03/2013.